

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDNA LUIZA DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL VOLTADA PARA A  
SOCIOEDUCAÇÃO: DESVELAMENTOS DOCUMENTAIS.

CURITIBA  
2025

EDNA LUIZA DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL VOLTADA PARA A  
SOCIOEDUCAÇÃO: DESVELAMENTOS DOCUMENTAIS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, no Setor de Educação, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Everton Ribeiro

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Santos, Edna Luiza dos.

A formação do terapeuta ocupacional voltada para a socioeducação :  
desvelamentos documentais / Edna Luiza dos Santos – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Everton Ribeiro

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Socioeducação. 3. Adolescentes –  
Aspectos sociais. 4. Terapeutas ocupacionais – Educação. 5. Adolescentes –  
Assistência em instituições. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa  
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de EDNA LUIZA DOS SANTOS, intitulada: **A formação do terapeuta ocupacional voltada para a socioeducação: desvelamentos documentais**, sob orientação do Prof. Dr. EVERTON RIBEIRO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

14/05/2025 10:56:36.0

EVERTON RIBEIRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/08/2025 14:25:22.0

ARISTELA DE FREITAS ZANONA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/05/2025 15:33:26.0

GISLAINE CRISTINA VAGETTI

Avaliador Interno (FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ)

*Ao Mestre com carinho:*

*Prof. Dr. **Milton Carlos Mariotti***

*In Memoriam*

*E ao Prof. Dr. **Everton Ribeiro***

*Que acreditou me acolheu-me na continuidade dessa caminhada.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me permitiu a conclusão de mais essa caminhada!

Ao meu filho, meu companheiro e Maria presente do universo.

Aos professores da escola pública, meu respeito profundo.

A todos os servidores da Universidade Federal do Paraná, em especial às bibliotecárias.

A *ilustre* banca, Professora Doutora Gislaine Cristina Vagetti e Professora Doutora Aristela de Freitas Zanona, pela disponibilidade e contribuições para a conclusão desta produção, meu carinho mais profundo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Everton Ribeiro, sua paciência, dedicação e comprometimento que nos fizeram seguir em frente.

*“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino\*\*. Esses que-  
fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo  
buscando, reprocuro. Ensino porque busco, porque indaguei, porque  
indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho,  
intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não  
conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. PAULO FREIRE, 1996.*

## RESUMO

Este estudo pretende investigar aspectos da formação do Terapeuta Ocupacional (TO), com base nos princípios norteadores legais para a atuação do profissional no Sistema Socioeducativo por meio da análise curricular da graduação em Terapia Ocupacional. Inicialmente, apresenta-se o contexto institucional de atendimento dos Centros de Socioeducação, em conformidade com a legislação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Estatuto da Criança e do Adolescente e demais norteadores na condução da medida socioeducativa, considerando o perfil do adolescente em conflito com a lei. O TO como profissional é requerido no âmbito socioeducativo e para situar essa representação foi realizado um breve histórico da Terapia Ocupacional no Brasil e as concepções de normativas curriculares das principais instituições de formação do TO. Pressupondo como diferencial o atendimento do profissional voltado para a socioeducação, pautado no adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa, o estudo documental e qualitativo buscou contemplar a formação deste profissional em cursos de graduação, no que diz respeito à aprendizagem curricular, habilidades e competências desenvolvidas. Seguindo em duas etapas uma com o levantamento e análise integrativa resumindo-se os 25 artigos, 7 teses e 8 dissertações de periódicos das bases de dados configurando a maior parte do acervo em revistas especializadas em Educação, culminando com sua categorização temática. A outra etapa consistiu na seleção de universidades públicas de diferentes regiões brasileiras: 10 universidades foram selecionadas por regiões de maior concentração de cursos de graduação presenciais da terapia ocupacional, frente à temática de atendimento socioeducativo. Na sequência do caminho a ser percorrido apresentam-se os currículos de Educação Superior correspondentes: Universidade Federal do Pará(UFPA), Universidade Federal da Bahia(UFBA), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas(UNICISAL), Universidade de São Paulo(USP), Universidade Federal do Espírito Santo(UFES), Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR), Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM), Universidade Federal do Paraná(UFPR) e a Universidade Federal de Pelotas(UFPEL). Levanta-se a necessidade da inserção deste profissional, especificamente no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, no atendimento de medidas socioeducativas como parte da equipe multidisciplinar. Apresentam-se resultados em quadros ilustrativos, que impactam significativamente na escolha da temática frente à leitura dos artigos, teses e dissertações e na análise de currículos e projetos pedagógicos elaborados na construção dos cursos de graduação da terapia ocupacional, como a falta de dados e materiais disponíveis on-line para estudo em universidades públicas, falta de disciplinas que comportem a temática adolescente, direitos humanos e a preparação para inserção dos terapeutas ocupacionais neste campo de atuação tão emergente em nosso país. Finalmente, a revisão de literatura e a investigação documental compuseram quadros com núcleos de significação com referência às Diretrizes Curriculares na formação de Terapeutas Ocupacionais e abordou suas relações com a prática relacionada a medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** currículo; educação; medida socioeducativa; socioeducação, terapia ocupacional.

## ABSTRACT

This study aims to investigate aspects of the training of the Occupational Therapist (OT), based on the guiding legal principles for the professional's work in the socio-educational system, by analysing the curriculum of the undergraduate degree in Occupational Therapy. Initially, the institutional context of care of the Socio-educational Centres is presented, in accordance with the legislation of the National System of Socio-educational Care, the Statute of the Child and the Adolescent and other guidelines in the conduct of the measure socio-educational, considering the profile of the adolescent in conflict with the law. OT as a professional is required in the socio-educational sphere and to situate this representation a brief history was made of Occupational Therapy in Brazil and the conceptions of normative curricula of the main OT training institutions. Assuming that the professional's services are geared towards socio-education, based on adolescents in conflict with the law in fulfilment of a socio-educational measure, the documentary and qualitative study sought to contemplate the training of this professional in undergraduate courses, with regard to learning curriculum, skills and competences developed. It followed two stages, one with a survey and integrative analysis summarising the 25 articles, 7 theses and 8 dissertations from periodicals min the databases, making up most of the collection in journals specialising in education, culminating in their categorisation thematic. The other stage consisted of selecting public universities in different Brazilian regions: 10 universities were selected according to the regions with the highest concentration of face-to-face undergraduate courses in occupational therapy, in relation to the theme of socio-educational care. The corresponding higher education curricula are presented below: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNICISAL), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Paraná (UFPR) and Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). There is a need to include this professional, specifically in the care of adolescents in conflict with the law, in the care of socio-educational measures as part of the multidisciplinary team. The results are presented in illustrative tables, which have a significant impact on the choice of theme when reading articles, theses and dissertations and analysing curricula and pedagogical projects drawn up in the construction of undergraduate occupational therapy courses, such as the lack of data and materials available online for study at public universities, the lack of subjects that include the theme of adolescents, human rights and the preparation for the insertion of occupational therapists in this field of activity that is so emerging in our country. Finally, the literature review and the documentary investigation composed tables with nuclei of meaning with reference to the Curriculum Guidelines in the training of Occupational Therapists and addressed their relationship with the practice related to socio-educational measures.

**Keywords:** curriculum; education; socio-educational measure; socio-education, occupational therapy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b>	PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS.....	41
<b>FIGURA 2</b>	PROCESSO DE SELEÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	42
<b>QUADRO 1</b>	RELAÇÃO AOS ARTIGOS SELECIONADOS SIBI -UFPR- PERIÓDICOS CAPES.....	42
<b>QUADRO 2</b>	RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES BDTD.....	50
<b>QUADRO 3</b>	CATEGORIZAÇÃO DO REFERENCIAL ESTUDADO.....	56
<b>TABELA 1</b>	LÓCUS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS QUE OFERECEM O CURSO BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL, BRASIL 2024.....	58
<b>TABELA 2</b>	LINK DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL.....	59
<b>QUADRO 4</b>	INSTITUIÇÕES SELECIONADAS POR CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	60
<b>QUADRO 5</b>	INSTITUIÇÕES SELECIONADAS POR CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.....	61
<b>QUADRO 6</b>	SITES DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS.....	62
<b>TABELA 3</b>	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS PESQUISADAS.....	63

## LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHSA	Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CENSE	Centro de Socioeducação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFFITO	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPTO	Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
ISSN	International Standard Serial Number
LA	Liberdade Assistida
MEC	Ministério da Educação
MDCH	Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania
MSE	Medidas Socioeducativas
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PSC	Programa de Serviço Comunitário
PROEDUSE	Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas
RENETO	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa Em Terapia Ocupacional
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEDS	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - Estado do Paraná
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente,
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TO	Terapia Ocupacional
UNB	Universidade de Brasília
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	23
2.1	MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	23
2.2	TERAPIA OCUPACIONAL: FORMAÇÃO INICIAL E SOCIOEDUCAÇÃO..	26
<b>3</b>	<b>ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA PESQUISA</b> .....	36
3.1	REVISÃO INTEGRATIVA SISTEMATIZADA E PESQUISA DOCUMENTAL.....	36
<b>4</b>	<b>BUSCA NAS BASES DE DADOS</b> .....	39
4.1	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	43
4.2	CATEGORIZAÇÃO.....	56
<b>5</b>	<b>BUSCA NAS BASES DE DADOS DAS INSTITUIÇÕES</b> .....	57
5.1	INSTITUIÇÕES SELECIONADAS: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	60
<b>6</b>	<b>CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA E NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO</b> .....	62
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	72
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75

## APRESENTAÇÃO

Como terapeuta ocupacional de formação acadêmica na Universidade Federal do Paraná, graduada em 2006, levei um pouco mais do tempo efetivo para a conclusão do curso, pois, na época, havia muitos impedimentos pessoais para desenvolver meus objetivos. Contudo, foi no estágio com crianças e adolescentes e depois monitora e bolsista pelo convênio entre UFPR e Instituto Ayrton Senna - Projeto Gralha Azul, entre os anos de 2003 e 2005, que mantive o contato com questões de vulnerabilidade e negligência social. A proximidade com a população de risco social, especialmente crianças e adolescentes, passou a ser incisivamente o foco das atenções dos meus estudos em políticas públicas, educação e saúde.

Conquistei no último semestre do curso, no ano de 2006, a vaga de Agente Profissional Terapeuta Ocupacional como estatutária, no Instituto de Ação Social do Paraná, (extinto IASP), da antiga Secretaria da Criança e Juventude do Estado. No ano de 2011, ingressei na Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social do Paraná (SEDS), depois Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, Departamento de Atendimento Socioeducativo, atualmente Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo – CGS, com vínculo de Servidora Pública, concursada no enquadramento funcional de Agente Profissional Terapeuta Ocupacional, tomando posse no Centro de Socioeducação Londrina II, atuando por 10 anos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

Durante os longos anos em exercício nessa função, surgiram muitas oportunidades: vivenciar mais de sete mil atendimentos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade. Na unidade de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei, masculina, os atendimentos e acompanhamentos de medida, foram modificados com dinâmicas diferenciadas entre atividades expressivas, lúdicas, externas, laborativas e familiares, considerando as variantes áreas de atuação dentro da Terapia Ocupacional, não condicionando somente às abordagens do contexto social, com atividades de vida diária, mas também atuando em intervenções de habilitação e reabilitação física, mental, neurológica, visando a interação e reinserção social e escolar.

A rotina institucional e protocolos a serem observados com cronogramas independentes são até hoje, direcionados pela gestão, com significativas oportunidades de estudo e pesquisa dentro de especializações relacionadas aos temas de Saúde, Educação e Direitos Humanos. Minha constante participação em cursos e capacitações pela Escola Nacional de Socioeducação e Escola de Governo, voltadas para a legislação, estatutos, justiça restaurativa, auxiliaram na aquisição de certas competências. No entanto, sentia a falta de aprofundamento nas questões práticas, com relação às relações internas com a segurança, equipe multidisciplinar e principalmente aquelas direcionadas à Terapia Ocupacional na condução das intervenções com o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, o que não foi aprendido em nenhuma disciplina específica na graduação que trata-se de contextos sociais ou de educação como direito, por exemplo. Com princípios de educação social, protocolos de segurança, legislação correspondente, políticas públicas, entre outras necessidades curriculares, participei de capacitações e cursos gerais sem especificidade para a terapia ocupacional, apenas com abordagens subjetivas a respeito do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

Concluí os seguintes cursos de especialização nos anos de 2014, 2019 e 2021: (2014), Terapia Ocupacional Pediátrica, (2019), Gestão Pública, Direitos Humanos e Cidadania e (2021), Saúde Mental e Gestão Psicossocial. Ainda participei como uma das autoras em três capítulos do e-book intitulado “*Socioeducação do Paraná na Pandemia: desafios e legados*”, publicado pela Secretaria de Justiça, Família e Trabalho no mês de julho de 2021, digitalmente<sup>1</sup>. A seguir, uma síntese dos três capítulos publicados:

O capítulo 5 trata dos “*Círculos de cuidado: um relato de experiência de práticas restaurativas em tempos de COVID-19*”, tendo como autores: Massa; Billachi; Santos; Ziliotto; Ambrozio; Matheus; Martins e Juliani (2021); são apresentados relatos de experiências vividas pelo grupo de orientação de Círculos Restaurativos, o qual teve a participação ativa da autora, que tem formação para aplicação de Círculos Restaurativos, uma vez Capacitada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, desde 2017.

---

<sup>1</sup> PARANÁ. Socioeducação do Paraná na pandemia [livro eletrônico]: desafios e legados / organização Marcio Bernardes de Carvalho.. [et al.]. -1.ed. -- Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021. ISBN 978-65-00-23443-5

O capítulo 11, intitulado *De volta para casa*, nasceu da construção de atividades realizadas com os adolescentes que na época cumpriam medida socioeducativa em privação de liberdade, a publicação teve a contribuição dos autores: Machado e Pereira (2021), estão descritas as etapas da construção do projeto realizado por mim e pelo então promotor de justiça juvenil do município de Londrina, Dr. Marcelo Briso Machado com a autorização do então diretor da unidade socioeducativa, CENSE Londrina II, Sr. Amarildo de Paula. Consiste na mostra de desenhos realizados pelos adolescentes em atendimento pela terapia ocupacional, expressando seu entendimento enquanto egressos do sistema, no retorno a suas casas, identificando a valorização do ambiente e contextos familiares e comunitários. As aulas de violão oferecidas pelo promotor aos adolescentes. A música escolhida como tema “Eu voltei” (Roberto Carlos) e a elaboração do vídeo por um dos adolescentes<sup>2</sup>.

No Capítulo 24, “*Gerar acolhe em tempos de pandemia*”, estou entre os autores junto com Pereira (2021). O capítulo trata da parceria estabelecida entre o CENSE Londrina II com a Organização Não Governamental, ONG GERAR, na promoção da capacitação e geração de emprego para os adolescentes da unidade socioeducativa, com a abertura dos atendimentos em terapia ocupacional na preparação dos adolescentes para o mercado de trabalho de forma autônoma e independente. Partindo dos atendimentos conjuntos com a equipe da ONG, na aplicação e levantamento de habilidades, interesses, elaboração de currículo e entrevista on-line, na impossibilidade de circulação em espaços urbanos, no auge da pandemia no ano de 2020.

Em 2021, com a experiência de intervenções no atendimento, conclusão da especialização em Gestão Pública, ênfase em Direitos Humanos e Cidadania e o ingresso na especialização Saúde Mental e Gestão da Atenção Psicossocial surgiu o convite para retornar a Curitiba e assumir o cargo de gestão no Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), como coordenadora da Divisão de Saúde no Atendimento ao Adolescente e Saúde do Servidor, até 2022. Com o ingresso no Programa de Mestrado, em 2023, retornei para as atividades em unidade

---

<sup>2</sup>ECA, 1990-**Art. 17**. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais

socioeducativa agora, no Centro de Socioeducação São Francisco, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba.

Não obstante os anseios pessoais, este estudo almeja contribuir na formação do terapeuta ocupacional, a partir dos currículos de graduação oferecidos em universidades federais considerando o conhecimento acadêmico do trabalho a ser desenvolvido na socioeducação.

## 1 INTRODUÇÃO

A Terapia Ocupacional está entre os cursos ofertados no Brasil desde a década de 50 e descrito pelo Ministério da Educação como profissional de saúde que promove o desenvolvimento, o tratamento e a recuperação de pessoas e/ou grupos que necessitam de assistência física, sensorial, psicológica e/ou social, com o objetivo de melhorar seu rendimento e envolvimento na sociedade. Assim, o especialista pode utilizar diversos referenciais teóricos para selecionar as técnicas e métodos mais eficientes de intervenção. (Brasil, 1997).

Contudo, a TO foi reconhecida enquanto profissão somente com a publicação do Decreto-Lei nº 938/69 (Brasil, 1969) e então definida pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional:

Profissão acadêmica focada no estudo, prevenção e tratamento de pessoas com alterações cognitivas, emocionais, perceptivas e psicomotoras, sejam elas oriundas de distúrbios genéticos, traumas ou doenças adquiridas, utilizando a atividade humana como alicerce para a elaboração de projetos terapêuticos específicos, tanto na atenção básica, quanto na média e alta complexidade(, COFFITO, 2023).

Com o aumento da demanda pelo profissional em diversas instituições, não especificamente para atendimentos na área de saúde e a necessidade das entidades legitimarem a atuação profissional de TO em contextos socioeducativos. Foi publicada a resolução nº.406/2011 (COFFITO), a qual estabeleceu a especialidade profissional de TO nos contextos sociais e de educação, entre outras, com as competências de atuação quanto a avaliação, identificação, planejamento e acompanhamento ao indivíduo, alterada pela resolução nº445/2014, anexo VIII, prevendo Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais em diferentes áreas de sua atuação, inclusive na esfera social, considerados de alta complexidade, as medidas socioeducativas se enquadram como:

Procedimento que envolve a atenção em terapia ocupacional em situação de violação de direitos, que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados/sair de seu núcleo de pertencimento e/ou de sua comunidade, território ou mesmo país (refugiados, asilados) para pessoas, famílias – em todas as suas formas de composição, grupos e comunidades (COFFITO, 2014, p.128-132).

Essa prerrogativa foi fundamental para a inserção do profissional TO em áreas da socioeducação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006, p. 43), descreve como recursos humanos, requisitos na contratação da equipe, a partir de processos seletivos especializados, afirma que é inerente à

condição de agente de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes os conhecimentos em fundamentos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, pedagógicos, filosóficos e históricos, assim como técnicas de intervenção socioeducativa e a escolha da equipe de atendimento seguindo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE,2012).

O SINASE por sua vez estabeleceu parâmetros para atender o adolescente em conflito com a Lei, a partir das Medidas Socioeducativas (MSE) correspondendo a responsabilização de adolescentes e jovens, autores de ato infracional análogo a crime no Brasil, além dos já estabelecidos no ECA (1990).

Como foco de estudo, a presente pesquisa propõe investigar aspectos da formação do Terapeuta Ocupacional com base na atuação deste profissional junto ao Sistema Socioeducativo, propondo-se a realizar o levantamento de disciplinas ofertadas para atuação do egresso em contextos sociais e educação social considerando o desenvolvimento humano de adolescentes em conflito com a lei. Neste percurso fornecer conhecimentos prévios históricos do surgimento da socioeducação, demonstrados no Código de Menores e marcos internacionais e nacionais entre eles a Constituição Federal (1988), criação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990) e o Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), dos direitos fundamentais de proteção integral às crianças e adolescentes.

No que diz respeito às ações pedagógicas desenvolvidas nesta área de atendimento especificamente existe uma lacuna, necessitando de conceituações que possibilitem construir e executar uma ação socioeducativa baseada em pressupostos teóricos consistentes, inspirados na sábia expressão de Paulo Freire (2002):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 2002, p.14)

Ainda em relação a literatura que permeia a socioeducação e as ações pedagógicas que norteiam o trabalho socioeducativo, após seis longos anos sem informações referentes a esta política pública, foi publicado o “Levantamento Nacional de dados do SINASE-2023” (Brasil, 2023), com o panorama geral na atenção aos modelos de atendimento e a atualização do quadro Nacional da política de atendimento socioeducativo, visando investimentos e aproximação do diálogo entre o governo federal e os estados responsáveis por esta política. O material publicado indica a necessidade de

ampliar o quadro específico de profissionais no atendimento, incluindo outros profissionais além dos psicólogos e assistentes sociais. Dentre esses “outros profissionais”, mencionados na Lei 12.594/2012, colocamos especificamente a inclusão do terapeuta ocupacional, embora haja a ausência literal de previsão legal no SINASE (Brasil, 2012).

Diante da importância desse profissional no acompanhamento ao adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa, observa-se o maior número de Estados requisitando terapeutas ocupacionais em concursos públicos para ocuparem o quadro de servidores na socioeducação. Visto essa prerrogativa, a atenção na formação do terapeuta ocupacional e no currículo de graduação tornaram-se fundamentais para a inclusão deste profissional na equipe multidisciplinar e no preparo em intervenções no atendimento socioeducativo, impactando no desenvolvimento humano dos adolescentes em conflito com a lei, frente às desigualdades sociais, na promoção do desempenho ocupacional na escola, trabalho, profissionalização, lazer e cultura (Carleto; Alves e Contijo, 2010, p. 90).

Lunelli e Bruel (2022, p. 19) sintetizam a questão das desigualdades referindo-se à constatação em múltiplos fatores que a manifestam relacionando questões socioeconômicas, educacionais, territoriais, étnico-raciais, relativas ao gênero, que interagem na produção de barreiras sociais. Na descrição do material publicado, é possível identificar essas circunstâncias nos marcadores sociais e vislumbrar uma atuação da TO mais efetiva com esse conhecimento.

Academicamente a TO frequentemente é descrita como profissão da área de saúde, ainda que atualmente os conceitos definem a atuação mais ampla nas áreas Social e da Educação. No entanto, a formação do terapeuta ocupacional engloba o atendimento ao público vulnerável, no currículo de graduação.

Desta forma, observa-se a inserção cada vez maior deste profissional em políticas públicas para área da Saúde, ainda que, não se verifiquem muitas instituições de ensino superior que ofertam os cursos de graduação em terapia ocupacional.

A meta principal é o aprimoramento curricular do curso de graduação, com foco no atendimento às políticas públicas de atendimento, numa miscelânea de educação social nomeada como socioeducação, pela legislação em vigor em nosso país, em atenção ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, nas instituições de privação de liberdade. Diante das ações executadas pelos terapeutas ocupacionais no âmbito da política de atendimento socioeducativo, optou-se pela investigação acerca da formação apresentada nos cursos de graduação em universidades públicas federais.

Nesta perspectiva, foi correlacionado aspectos legais como o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, Brasil (1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE, Lei 12594, Brasil (2012) no atendimento socioeducativo com análise de disciplinas e projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino público brasileiras que oferecem os cursos de graduação em TO.

Como forma de superação de políticas públicas anteriores, pautadas no Código de Menores, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o dispositivo previsto no artigo n.º 227 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90. Há 33 anos, passaram a vigorar direitos fundamentais de proteção integral às crianças e adolescentes, com previsão de instituições destinadas ao acolhimento de adolescentes em conflito com a lei.

Seguindo a vertente do ECA (1990), a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo pela Lei Federal nº12.594, de 18 de janeiro de 2012, teve a prerrogativa de regulamentar e mediar a prática nas instituições de atendimento. Suas disposições gerais encontram-se nos Art.112 a 130 (ECA, 1990), como base de sua construção no conjunto de requisitos mínimos para o Sistema de Administração e Justiça Juvenil para atender a Doutrina de Proteção Integral, ONU (2006), também compreendidas na Constituição Federal Brasileira nos Arts.227-228.

O ECA (1990, art.122), atribui com o adolescente a faixa etária dos 12 aos 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial, o que difere sua responsabilidade penal do adulto e seu processo judicial depende de três princípios: brevidade, excepcionalidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, no ímpeto de sua condicionalidade, considerados pelo SINASE (2012) ressaltando a brevidade de cumprimento da medida, além da individualização, mínima intervenção, não devendo ser discriminado quanto à etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status e na promoção do fortalecimento dos vínculos familiar e comunitário.

Os pressupostos que suscitam este estudo advém do levantamento de artigos, teses e dissertações em maior número com foco somente no adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e não considerando a equipe multidisciplinar de atendimento, relação de setores profissionais em especial da terapia ocupacional envolvidos neste atendimento. Ainda que considerem os protocolos de atendimento institucionais como segurança e atividades pedagógicas relevantes na formação dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo.

Desta forma, buscamos demonstrar a necessidade em se compor e elaborar diretrizes curriculares para o ensino-aprendizagem dos futuros profissionais, com vistas ao atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sendo esta, a principal motivação deste estudo acadêmico. Prioritariamente o que se verifica é a atenção voltada aos adolescentes e não aos profissionais e sua formação na atuação com ele ou no contexto socioeducativo.

Tratando-se da formação em Terapia Ocupacional, apesar do reconhecimento de atuação nos campos sociais, saúde e educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) não exigem conteúdos de educação social nos currículos de graduação. É importante frisar que esse profissional pode atuar com medidas socioeducativas no atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Assim sendo, as perguntas que nortearam esta pesquisa buscavam investigar se a formação inicial de profissionais da Terapia Ocupacional envolviam conhecimentos relacionados aos contextos sociais e à atuação do terapeuta ocupacional na atividade socioeducativa, inclusive buscando refletir sobre a práxis da socioeducação. Por isso, o intento da pesquisa foi investigar a formação na graduação de futuros profissionais de Terapia Ocupacional em contextos sociais abordando conhecimentos que envolvem a atuação socioeducativa e, ainda, quanto à formação para o contexto socioeducativo, se existe um movimento dialético entre teoria e prática que considere o processo de compreensão desta realidade.

O objetivo desta pesquisa foi investigar a formação do terapeuta ocupacional no âmbito do ensino superior, voltada para o atendimento às medidas socioeducativas, com a realização do levantamento de disciplinas ofertadas para atuação do egresso em contextos sociais e educação social considerando o desenvolvimento humano de adolescentes em conflito com a lei.

De acordo com os levantamentos, alguns autores que contemplam o tema atendimento socioeducativo são : Bezerra (2011), Oliveira, H. R. *et al.* (2016) e Eyng e Ramos (2020). Outros autores encontrados estão alinhados respectivamente com as temáticas direito, educação, questões sociais e educacionais relacionados com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, como Guralh (2010), Maraschin; Anieri (2011), Pinheiro; Santos (2015), Zanella; Lara (2015), Mella, Lindenberg; Andretta (2016), Cunha; Oliveira (2017), Miranda; Onofre (2019), Alves, Kunz; Correa (2020), Conceição; Teixeira; Campos (2020). Apenas um autor discorre especificamente sobre o atendimento do terapeuta ocupacional no sistema socioeducativo em meio aberto, Morais

(2013). Outros autores como Kobi, Machado e Monzelli (2020), Soares (2022), Oliveira (2022), Oliveira e Malfitano (2022), tratam da busca dos profissionais pela formação da identidade na prática dentro do sistema socioeducativo, demonstrando este um quesito ainda em investigação.

A seguir, especificamente para a análise dos planos pedagógicos dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional no que diz respeito à socioeducação nas áreas de educação social, a fim de desvelar proposições na formação desse profissional voltado a integrar o sistema socioeducativo. Assim, neste estudo por meio da análise documental de currículos, diretrizes, resoluções e legislações referentes à formação do profissional terapeuta ocupacional, buscamos elementos nos projetos pedagógicos relacionados às universidades públicas brasileiras representadas pelas regiões brasileiras.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

A adolescência também é descrita como um marco no desenvolvimento com transformações amplas nos aspectos físicos e psíquicos inseridos em contextos sociais e culturais diferentes, ocasionando a busca pela identidade submetendo-se às suas próprias regras, muitas vezes motivadas por questões íntimas, neste caso o chamado “delinquente”, para Calligaris (2000), significa que:

Delinquência não é uma palavra excessiva, embora de fato pouquíssimos adolescentes se tornem propriamente delinquentes. Mas existe uma parceria de adolescência e delinquência, porque o adolescente, por não ser reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido fora ou contra ele-ou, o que dá na mesma, no pacto alternativo do grupo (Calligaris, 2000, p.41).

Nesse caso, supõe-se que a impossibilidade de realizar atividades que lhe permitam saciar os desejos com o trabalho formal e o consumo exagerado, são características próprias do adolescer, o imediatismo e a inconsequência que o predispõe o ato infracional, uma negação de sua acessibilidade na sociedade.

A menção é usada para contextualizar o uso do termo delinquente na atualidade, porém, no contexto da privação de liberdade reforçamos a visão de Foucault (1999):

O delinquente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também de estar amarrado a seu delito por

um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento) (Foucault, 1999, p.68).

Considerando ainda que, a maioria dos adolescentes em internamento nas unidades socioeducativas, provêm de condições precárias de desenvolvimento, incluindo situações de pobreza, desemprego, subemprego, trabalho infantil, tráfico de drogas, entre outros fatores, verifica-se no cumprimento da medida socioeducativa de internação muitas vezes o primeiro contato com a assistência em educação e saúde, equivalendo-se a garantia de direitos, de acordo com a Constituição Federal (1988).

Questões levantadas por Santos e Fedeger (2008, p. 102), alertam para se analisar cuidadosamente a adolescência diante da delinquência, considerando a violência infanto-juvenil sofrida, fruto de uma sociedade desigual, observando o contexto de vida e a trajetória dessas crianças e adolescentes e tratando-se de violência estrutural no que cabe às condições socioeconômicas, vulnerabilidade e desenvolvimento negligenciados.

Com o avanço das discussões em torno do tema, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, fruto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) foi publicada a Doutrina de Proteção Integral da ONU<sup>3</sup>, tornando em desuso a expressão *delinquente*, passando o adolescente a ser considerado autor de ato infracional<sup>4</sup>. Segundo os autores Amorim e Paes (2012, p. 70-72), somente se existir violação de dispositivos legais caracterizando crime ou contravenção, com atribuição ou imputação a responsabilidade por ato infracional e processado conforme as suas garantias de direitos.

Quando assim o adolescente é considerado, o ECA, por sua vez, dispõe nos artigos 103 e 104 a relação entre ato infracional e a conduta do adolescente, como “crime ou contravenção penal, sendo que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei devendo ser considerada a idade do adolescente à data do fato”.

O SINASE estabelece as diretrizes no atendimento socioeducativo nas unidades de atendimento, em acordo com o disposto no ECA, de modo que a medida privativa de liberdade aplica-se sem prazo determinado e com avaliação técnica periódica, limitada a

<sup>3</sup> A doutrina de proteção integral à criança consagrada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e da Organização das Nações Unidas (1989) e na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), assim como pela constituição da República Federativa do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, designa um sistema em que crianças e adolescentes, até 18 (dezoito) anos de idade, são considerados titulares de interesses subordinados, frente à família, à sociedade e ao Estado, cujos princípios, estão sintetizados no caput do artigo 227 da Constituição Federal.

<sup>4</sup>Atualmente a nomenclatura correta corresponde a “*adolescente em conflito com a Lei*”

duração máxima de 3 (três anos) e no caso de atingir 21 (vinte e um) anos de idade, a desinternação do adolescente será compulsória. As reavaliações são obrigatoriamente efetuadas ocorrendo no máximo a cada 6 meses, comportando todas as informações referentes ao desenvolvimento do processo socioeducativo do educando, assim chamado na instituição, desta forma, contribuindo para a condicionalidade da brevidade de privação de liberdade.

Em seu art. 122, observa-se que a medida de internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, que não poderá ser superior a três meses e em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Logo, o recebimento de sentença da medida socioeducativa será em conformidade com o estabelecido como direitos e deveres do adolescente em privação ou restrição de liberdade em unidade socioeducativa.

No âmbito do cumprimento da medida socioeducativa, a equipe socioeducativa, como previsto no ECA e no SINASE, deverá atender o adolescente conforme a garantia de direitos e deveres prioritariamente relacionados a sua escolarização e atendimento multidisciplinar, além de prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos”(SINASE, art. 8). O mesmo artigo prevê que “a equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência” (BRASIL, 2012, art.8).

A MSE é a sentença aplicada por autoridade competente ao adolescente que cometeu o ato infracional, baseando-se em conceitos teóricos e epistemológicos que enfatizam a pedagogia social, justiça restaurativa, políticas públicas e responsabilidade juvenil, e a socioeducação como uma categoria teórica em construção em que os autores Silva; Alberto e Costa(2022), expressam a socioeducação frente a categoria teórica:

Caracterizada e constituída por concepções teórico-epistemológicas diferentes que disputam saberes relacionados aos adolescentes e jovens a quem se atribui a autoria de atos infracionais. A disputa de perspectivas sobre a socioeducação pode ser considerada uma limitação para esse campo como política pública que visa a responsabilização atrelada à garantia de direitos da população atendida, pois apresenta contradições entre seus pressupostos. (Silva; Alberto e Costa, 2022, p.7-11).

No cumprimento de medidas socioeducativas pelos adolescentes em conflito com a lei, o profissional terapeuta ocupacional, necessita de articulação entre equipes multi e interdisciplinares e atribuições especificadas no regimento interno e no que cabe o conhecimento em desenvolvimento humano do adolescente, bases legais como garantia de direitos e direitos humanos e na equipe multidisciplinar de atendimento tem a possibilidade de atuar na coordenação, gestão, referência de equipe, supervisão, articulação de rede de serviços, mediador de conflitos e suporte, como agente de garantia de direitos na emissão de laudos e pareceres além do atendimento direto ao socioeducando.

Para Moraes (2013), Moraes e Malfitano (2016), não se alcançou suficientemente o conhecimento dentro dessa perspectiva de atuação na graduação em terapia ocupacional e o pouco índice de publicações científicas a respeito do assunto promovem práticas equivocadas e pouco eficientes considerando a demanda pelo profissional no atendimento socioeducativo.

Na compreensão dos Planos de Atendimento Socioeducativo, podemos dizer que as ocupações relativas ao profissional terapeuta ocupacional, tem sua origem na ciência das ocupações (Costa *et al.*, 2017, p. 656-657), e na interação com a socioeducação como contexto pelo qual os adolescentes podem exibir suas competências para a sociedade, expressar quem são e o que desejam por meio de suas atividades de forma lícita e saudável.

## 2.2. TERAPIA OCUPACIONAL: FORMAÇÃO INICIAL E SOCIOEDUCAÇÃO

Historicamente, a TO foi criada dentro de contextos de atuação que envolviam o atendimento em saúde, sendo este seu maior foco. A ocupação, segundo Soares (1991), estava vinculada ao tratamento moral, utilizava atividades tanto para a recreação quanto para o trabalho terapêutico de doentes crônicos hospitalizados, provenientes de guerra ou traumatizados por acidentes de trabalho como reabilitação.

Para Barros *et al.* (2002) e Medeiros (2003), a Terapia Ocupacional enquanto profissão no atendimento à saúde, saindo do modelo biomédico, emerge com a conciliação da atenção com questões sociais apresentadas nos processos de industrialização do século XX, constituindo-se dentro do avanço do processo capitalista,

sendo resultado da divisão de classes sociais, especializações do trabalho humano e a fragmentação do saber.

A partir desse momento, segundo Barros *et al.* (2002), rompem-se relações práticas mais ortodoxas e a profissão de Terapia Ocupacional passa a ter maior representação, ampliando-se as possibilidades de intervenção, prestando atendimento a novas demandas sociais advindas do capitalismo com a necessidade de inserir-se nas políticas públicas:

O social como campo de intervenção constituiu-se, para os terapeutas ocupacionais, vinculado a um processo ao qual estava submetida uma parcela da população colocada, mesmo que de forma implícita, na categoria de patologia social, justificando dessa forma sua internação (Barros *et al.*, 1999,2002 p.98).

Assim proliferaram demandas no atendimento a populações consideradas marginalizadas social e politicamente, incluindo crianças e adolescentes, aplicadas às práticas clínicas reducionistas, individualizadas, ainda que o terapeuta ocupacional tivesse como referencial o desenvolvimento humano (Soares,1991, p. 171-182).

Na perspectiva de aprimoramento curricular e construção da identidade profissional, mediante sua capacidade e habilidades, segundo o estudo dos autores Mariotti *et al.* (2016), uma carreira na área da saúde bem estabelecida deve capacitar seus colaboradores para suprir demandas, sendo essencial garantir o planejamento adequado de serviços públicos e a promoção do bem-estar da comunidade.

A eficácia da efetivação da aprendizagem curricular está ligada ao domínio da participação na equipe multidisciplinar, habilidades em inovações na sua formação e pesquisa acadêmica, promovendo no ambiente profissional, habilidades específicas com o intuito de prever e organizar perspectivas a longo prazo.

A Terapia Ocupacional para Medeiros (2003, p. 148), na atuação em políticas sociais como na assistência social e educação, tem como finalidade atuar prioritariamente na inclusão do indivíduo institucionalmente, não sendo diferente em relação às instituições de atendimento socioeducativo, quando a autora prossegue na seguinte reflexão, “na perspectiva de desenvolver possibilidades do indivíduo como sujeito da própria história, capaz de mudar o rumo das coisas e de interferir na qualidade de sua vida mediante seu fazer”.

Atualmente, no atendimento socioeducativo com adolescentes em privação de liberdade, a TO está regida pela compatibilidade legal entre sua entidade de classe e o SINASE, por meio do COFFITO, como órgão regulador, conforme contexto social,

relacionando o desempenho do terapeuta Ocupacional em campo psicossocial e a atuação em setor público, parâmetros assistenciais de atuação, programas e projetos socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade:

Procedimento que envolve a atenção em terapia ocupacional em situação de violação de direitos, que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados/sair de seu núcleo de pertencimento e, ou, de sua comunidade, território ou mesmo país (refugiados, asilados) para pessoas, famílias –em todas as suas formas de composição, grupos e comunidades (COFFITO, Res. 418/2012).

As normativas apresentadas pelo COFFITO, estabelecem os procedimentos operacionais para execução da prática de Atividades de Vida Diária(AVDS) dos adolescentes, incluindo escolarização, atividades artísticas, culturais e esportivas, oficinas pedagógicas e profissionalizantes, atividades de lazer, atividades religiosas e espirituais, autocuidado, conservação ambiental, alimentação, atendimento psicossocial e atendimento de saúde, dessa forma contemplados no projeto político-pedagógico construído pela equipe socioeducativa prevendo regras e normas para o desenvolvimento da rotina (Amorim; Paes, 2010. p. 46).

A proposta pedagógica, conforme previsão no SINASE, propõe objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo, mediante processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social, a uma condição diferenciada de relações interpessoais, e, por extensão, à aspiração por uma maior qualidade de convívio social, devendo também passar pela avaliação do adolescente (Amorim; Paes, 2008, p. 67).

As ações devem convergir com atividades disponibilizadas para os adolescentes nas instituições de atendimento, de uma maneira geral, favorecendo competências pessoais nas bases da educação, como aprender a ser e conviver, como objetivo comum a construção da cidadania, valores, hábitos, relações de desenvolvimento e habilidades para o trabalho.

Os resultados das ações resultam na emissão de relatórios avaliativos a cada 6 meses e enviados ao judiciário, comportando a análise da atividade e suas áreas de desempenho como um processo importante para os terapeutas ocupacionais, esse direcionamento permite mensurar a amplitude da habilidade envolvida, considerando aspectos socioculturais, entre outros de acordo com os autores Gomes; Teixeira e Ribeiro (2021).

A TO da década de 60 a 80 no Brasil atuava inicialmente em instituições fechadas com o uso de atividades pré-concebidas, comprometendo-se ideologicamente com a cultura, em especial a manicomial:

Quando os terapeutas ocupacionais começaram a atuar em instituições, encontraram ali práticas e concepções do uso de atividades já determinadas, que estavam comprometidas com a manutenção ideológica desses locais, associada, muitas vezes, a uma “ocupação” esvaziada de significado e distanciada das necessidades reais dos pacientes (Castro, Lima, Brunello, 2021. p.41-43).

Assim, podemos considerar que a forma utilizada para a disponibilização de atividades aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apresentava-se equivocada no âmbito da avaliação das atividades humanas, sob a ótica da terapia ocupacional, como parte técnica da equipe multidisciplinar no atendimento ao socioeducando. Conforme os autores Castro, Lima, Brunello (2021, p. 147), “as atividades humanas são constituídas por um conjunto de ações que apresentam qualidades, demandam capacidades, materialidade e estabelecem mecanismos internos para sua realização”.

A partir do documento publicado intitulado “Levantamento Anual, SINASE 2023”, por iniciativa do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, MDCH(2023), fruto do diálogo entre as organizações federais e instituições estaduais de atendimento socioeducativo da federação, visando contemplar a intersetorialidade e a compactação de dados, traçou-se o referencial político e pedagógico, pertinentes ao sistema único do atendimento socioeducativo nacional, com a finalidade de atualizar informações para a compreensão das necessidades de gestão, reestruturação e investimentos no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Permitiu-nos defrontar a necessidade em aprimorar e especializar as ações profissionais a partir da prática em instituições ou estabelecimentos educacionais. Como já está descrito nos Cadernos de Assistência Social do Estado do Paraná, publicados em 2010, enquanto práxis pedagógicas é proposto:

Objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo, mediante processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social, a uma condição diferenciada de relações interpessoais, e, por extensão, à aspiração por uma maior qualidade de convívio social(IASP, 2010, p.27).

No entanto, o documento do SINASE, 2023 não traz especificações de atividades pedagógicas de natureza artística, cultural, esportiva, importantes na condição de desenvolvimento de adolescentes na promoção do desempenho ocupacional e inserção

social, conforme indicado nos direitos do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

Dessa forma, fica claro que a prioridade do atendimento ao adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas, de acordo com os dados apresentados, corresponde ao levantamento realizado e está voltado para a escolarização. Aproximadamente dez mil adolescentes encontravam-se em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de privação ou restrição de liberdade frequentando a escola, porém diferentemente do preconizado, desses adolescentes cerca de um mil estavam sem matrícula. O próprio documento considera que a Res. n.3/2016<sup>5</sup>, CNE não estava sendo cumprida em sua integralidade no atendimento a esses adolescentes, conforme o art.7 Art. 7º Os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medidas socioeducativas sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois se trata de direito fundamental, público e subjetivo:

Frequentam a escola dentro da unidade socioeducativa, em direção oposta ao que estabelece a Resolução nº 3 do CNE, o que pode ocorrer pela ausência de articulação com o sistema educacional da região, revelando a necessidade de maior articulação do SGDCA(SINASE, 2023, p.29).

Essa informação é determinante para a compreensão da trajetória escolar dos adolescentes em questão, quanto a uma trajetória definida como regular ou bem sucedido, contemplando o calendário, idade e série adequados ou irregulares, como é o caso dos adolescentes em internação socioeducativa, com registro de repetência, abandono ou evasão(Soares *et al.*, 2021, p. 5). A resolução mencionada cursa a seguinte informação:

Os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medidas socioeducativas sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois se trata de direito fundamental, público e subjetivo(Res. CNE/CEB 3/2016, Art.7º).

O próprio levantamento analisado pela comissão SINASE(Brasília, 2023) pressupõe as dificuldades e preconiza a necessidade de estabelecer-se o vínculo nas ações a serem desenvolvidas, ou seja, a qualificação do processo de escolarização com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, SGDCA. Ainda que, a escolarização dos adolescentes nas respectivas instituições de privação ou restrição de liberdade sejam geridas, em alguns casos como o Estado do Paraná, pelo Programa Estadual de

<sup>5</sup>Resolução CNE/CEB 3/2016. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2016, Seção 1, p. 6.

Educação, Ensino de Jovens e Adultos, voltado ao atendimento socioeducativo, PROEDUSE<sup>6</sup>. Para este efeito o documento analisado não demonstra dados específicos.

Os dados informam as dificuldades em garantir o direito à educação nas unidades de atendimento socioeducativo, da mesma forma que pesquisadoras afirmam que currículos frágeis, baixa carga horária e docentes despreparados para atuarem no atendimento socioeducativo, ratificam a importância de estudar a atuação dos profissionais nesse programa (Arruda; Krahn, 2022, p. 21-22).

Com relação a profissionalização, é o Estado o provedor dos recursos de aprendizagem e profissionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, deve ocorrer de forma ampla e diversa e que corresponda às necessidades os interesses, com a promoção de vários agentes na formação, como facilitadores na inserção do adolescente no mercado de trabalho.

As autoras Arruda e Krahn (2022, p. 20), ressaltam que o uso de atividades nos centros de socioeducação é ineficiente na aquisição de formação profissional, pois, não passam de “mera recreação ou como reprodutoras de mão de obra barata”, comprometendo as perspectivas de inserção desses adolescentes.

Faz-se necessário aqui uma reflexão a respeito da formação do terapeuta ocupacional, especificamente no que diz respeito a estas atividades na graduação. Tem sido similar nos cursos de Graduação em Terapia Ocupacional nas diversas instituições de ensino superior no Brasil, pois há um currículo guiado pelas diretrizes curriculares nacionais. No entanto, o aprofundamento no estudo dessas atividades enquanto recurso para diagnóstico e tratamento, parece ser insuficiente (Mariotti, 2020, p.19).

Ainda que a prática socioeducativa se concentre nos aspectos disciplinares, normas e protocolos de segurança institucional, cabe ao terapeuta ao integrar a equipe multidisciplinar de atendimento socioeducativo, que sua formação seja adequada ao seu contexto de trabalho.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 1.210/2001, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde, área que pertence a Terapia Ocupacional, assegura às instituições autonomia, em condições paritárias de igualdade de acesso, considerando a carga horária mínima, os estágios, a formação generalista, estimular a pesquisa, promover o reconhecimento profissional e a avaliação docente e discente. Especificamente ao curso de graduação em Terapia Ocupacional,

<sup>6</sup>Resolução Conjunta n.º 06/2016 - Seed/Seju . Resolução Conjunta n.º 6 – SEED/SEJU. PARANÁ. Resolução Conjunta n.º 10/2017 – SEED/SEJU. Altera parcialmente a Resolução Conjunta n.º 6/2016 – SEED/SEJU. Curitiba, 2017.

com a apresentação do perfil do formando, egresso profissional, competências e habilidades, competências e habilidades específicas, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares, acompanhamento e avaliação (Brasil, 2001, p.12-16).

O documento atende ainda, as recomendações quanto a atuação do profissional que deve ser embasada no reconhecimento das necessidades humanas nos diversos campos, como o da saúde, assistência social, previdência social, trabalho, cultura, lazer, esporte, educação, justiça e meio ambiente, promovendo o engajamento tanto em atividades como em ocupações e cotidianos a fim de possibilitar dignidade no exercício de participação, cidadania e inclusão social.(Roriz, Lins e Farias, 2023; Brasil, 2020).

A partir da sua publicação o perfil do profissional egresso da graduação passa a uma *formação generalista, humanista, crítica e reflexiva*, sendo apto aos princípios da ética para atuar em diferentes contextos com fundamentos científicos e metodológicos em diferentes modelos de atuação profissional da terapia ocupacional.(Brasil, 2001, p. 12).

As competências e habilidades previstas no documento consideram que a atenção geral é especificamente tratada no contexto do profissional da saúde ou voltada à formação do profissional de saúde, visando a *prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde*.(Brasil, 2001, p. 12).

No entanto, quando são discutidas as competências e habilidades específicas do terapeuta ocupacional, o documento publicado deixa claro que o egresso tenha condições de relacionar a prática além dos processos de saúde e doença:

Relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento; conhecer os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos da vida do país, fundamentais à cidadania e a prática profissional (Brasil, 2001. p. 13).

Ao observar as relações entre os processos sociais em que a população está inserida, a relação saúde e sociedade poderá ser abordada como políticas de implementação social ou intersetoriais. Fomentar programas de promoção, inclusão social, educação e não somente saúde, mas de reabilitação, física ou mental e social, na ótica de intervenções relacionadas ao posto de trabalho e ocupação, políticas sociais voltadas a grupos, indivíduos, famílias, crianças, adolescentes, considerando a territorialidade e demais fatores de desenvolvimento humano, pode ser tarefas de um terapeuta ocupacional.

No que cabe à atuação específica da Terapia Ocupacional, prevê competências e habilidades relacionadas ao desenvolvimento de atividades correspondentes à cultura,

trabalho, lazer:

Identificar, entender, analisar e interpretar as desordens da dimensão ocupacional do ser humano e a utilizar, como instrumento de intervenção, as diferentes atividades humanas quais sejam as artes, o trabalho, o lazer, a cultura, as atividades artesanais, o autocuidado, as atividades cotidianas e sociais, dentre outras (Brasil, 2001, p. 14).

Cabe ao recém-graduado a escolha do modelo de intervenção, diagnóstico clínico e institucional para a abordagem de resultados, a ele também está previsto o desempenho de assistência, ensino, pesquisa, planejamento, gestão, assessoria e consultoria profissional.

Tal informação pode ser complementada pela Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, em que dispõe em seu art. 5º, as competências e habilidades específicas a este profissional, além das relações de saúde e sociedade, requerem a compreensão nas *relações de exclusão e inclusão social, bem como participar da formulação e implementação das políticas sociais, sejam estas setoriais (políticas de saúde, infância e adolescência, educação, trabalho, promoção social, etc) ou intersetoriais* (Brasil, 2002).

Não obstante novamente enfatize a formação do terapeuta ocupacional na perspectiva do atendimento ao sistema de saúde, diz que: “deverá atender ao sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra referência e o trabalho em equipe” (Brasil, 2001, p. 15).

Assim, buscamos compreender historicamente como se deu a formação e o currículo propriamente dito, norteadas pelas bases curriculares dos cursos de formação para a graduação de Terapia Ocupacional, consideramos a área de saúde com atuação nas áreas da educação e social.

Segundo Medeiros (2003) e Soares (1991), a terapia ocupacional no atendimento à saúde, ainda que a sua atuação possa avançar socialmente e ideologicamente, foi originada na prática psiquiátrica no século XVIII, com o método criado pelo médico psiquiatra Philippe Pinel, auge do tratamento moral no sentido de:

Efetivar social e politicamente o homem-razão, cujo processo de valorização vinha impondo-se desde o renascimento, como decorrência do desenvolvimento científico e do significado que suas conquistas tinham para as estruturas sociais em transformação (Medeiros, p. 62-63).

Dessa forma, o homem racional mais aceito socialmente era o mais produtivo. Shimoguri; Costa-Rosa (2017, p. 847) identificam a atuação dos profissionais de Terapia

Ocupacional com bases históricas no uso de atividades em saúde mental, sistematizada com o tratamento moral, preconizando a ressocialização dos pacientes através das ocupações prescritas em instituições asilares com o objetivo de adequação social, muito utilizado no Brasil no século XIX e sendo amplamente utilizado no mundo até o século XX.

Nessa concepção em saúde mental foi formada a primeira turma de terapeutas ocupacionais no Brasil, conforme Cavalcanti e Galvão (2007), que ocorreu entre os anos de 1948 e 1980, inicialmente como cursos livres no atendimento à saúde mental, promovidos pela médica psiquiatra Nise da Silveira.

Com o advento da intervenção terapêutica ocupacional voltada à reabilitação física nos Estados Unidos entre os anos de 1942-1960, conseqüentemente, a mesma intervenção foi adotada pelos profissionais da TO no Brasil em 1956. Com isso, os critérios de currículo mínimo de três anos de duração no curso universitário, ocorreu a partir do ano de 1961 (Soares, 1991; Medeiros, 2003; Cavalcanti e Galvão, 2007).

A profissão originou-se oficialmente a partir do Decreto-Lei nº 696 de 1978, desencadeando normativas curriculares e maior interesse científico na formação dos profissionais no Brasil.

Na década de 80, a terapia ocupacional contribuiu incisivamente para publicações científicas, estabelecendo a prática em interações mundiais. Mas, somente em 1983, houve a reformulação do currículo mínimo no Brasil, finalizando o conceito de tratamento moral, revisto pelo Ministério da Educação e Cultura. Assim, o curso de Terapia Ocupacional, passou a ter quatro anos de duração com 3.240 horas. Em face disso, aumentaram as instituições de atendimento, cursos de graduação e profissionais de Terapia Ocupacional no mercado de trabalho.

Ao final dos anos 90, os terapeutas ocupacionais foram então incluídos nos cursos de pós-graduação em diversas áreas da saúde. Alicerçando as bases da pesquisa abrindo espaço a sua inserção em outras áreas de atuação.

Somente ao final da década de 90, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), reconheceu a Terapia Ocupacional enquanto categoria profissional de nível superior da área da saúde pela Resolução nº 287, de 8 de outubro de 1998 (Cavalcanti e Galvão, 2007, p. 8).

Cavalcanti e Galvão (2007, p. 15), enfatizam que após a criação das Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais da Educação (Brasil, 2001), os cursos passaram a contemplar os fundamentos da Terapia Ocupacional de forma completa, acrescentando ao currículo disciplinas essenciais a sua formação, ampliando a capacidade técnica e

metodológica na atuação em diferentes contextos. Com a aprovação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Constituição Federal (1988), na garantia de implantação entre outros direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), surgiram novos espaços de atendimento dentro de políticas públicas, ampliando contextos de atuação e especialidades (Cavalcanti e Galvão, 2007; Coffito, 2009).

As discussões do reconhecimento da categoria culminaram com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), e no ano de 2002 foi publicada a Resolução CNE/CES 6, art.3º, prevendo a formação:

Generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado ao exercício profissional em todas as suas dimensões, pautado em princípios éticos, no campo clínico-terapêutico e preventivo das práticas de Terapia Ocupacional. Conhece os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção e atua com base no rigor científico e intelectual (Brasil, 2002).

Todavia, os espaços constituídos para atuação do profissional terapeuta ocupacional, alcançam patamares mais diversificados, onde tornaram-se necessários de acordo com Roriz, Lins e Farias (2023) citando o mesmo documento em seu artigo 4º, necessitam compor competências e habilidades gerais:

Identificar, entender, analisar e interpretar aspectos relacionados à dimensão ocupacional e cotidiana do ser humano, e utilizar como instrumento de intervenção as diferentes atividades humanas, quais sejam: as artes, o trabalho, o lazer, a cultura, as atividades artesanais, o autocuidado, as atividades cotidianas e sociais, dentre outras, como a educação (Roriz, Lins e Farias, 2023, p..2-3).

No ano de 2004, as bases curriculares passaram por nova reformulação, chamadas de “Diretrizes Curriculares” pelo MEC, passando a 3.600 horas de curso de graduação (Cavalcanti e Galvão, 2007, p.15).

A partir do ano de 2009, passam a vigorar os chamados contextos de atuação por especialidades, conforme reconhecimento do órgão competente (COFFITO). Neles estão o atendimento de média e alta complexidade em que cabe o contexto socioeducativo em meio aberto e a privação de liberdade, Resolução nº406/2011 e Resolução nº445/2014. Em um sentido mais amplo, o atendimento do terapeuta ocupacional aos adolescentes em conflito com a lei, podemos considerar o atendimento no contexto escolar previsto na Resolução nº500/2018, assim, a formação do terapeuta ocupacional também poderia ser compreendida no âmbito da educação social, segundo a análise curricular da formação de terapeutas ocupacionais para atuação no contexto escolar e educação.

Considerando os aspectos elencados até o momento, o estudo foi dividido em duas etapas: a primeira como revisão de literatura com abordagem sistematizada integrativa a fim de desvelar a essência do terapeuta ocupacional na socioeducação de acordo com a proposição: A formação na graduação de futuros profissionais de Terapia Ocupacional em contextos sociais aborda conhecimentos que envolvem a atuação socioeducativa? e a segunda etapa, buscando verificar os documentos pertinentes à graduação do terapeuta ocupacional de acordo com a proposição: Quanto à formação do terapeuta ocupacional para o contexto socioeducativo, existe um movimento dialético entre teoria e prática que considere o processo de compreensão desta realidade?.

Desta forma, seguimos para as abordagens metodológicas que norteiam o presente estudo.

### **3 ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA PESQUISA**

#### **3.1 REVISÃO INTEGRATIVA SISTEMATIZADA E PESQUISA DOCUMENTAL**

Seguindo a vertente aplicada como fundamentação teórica dos autores Botelho; Cunha e Macedo (2011, p. 121-133); propomos como metodologia aplicada à primeira etapa deste estudo entendendo a revisão integrativa como parte da revisão bibliográfica na sistematização do conhecimento de acordo com as etapas sugeridas entre a questão a ser pesquisada, já descrita, a busca relevante ao tema, seleção, categorização e a compilação dos dados levantados, entre as áreas da educação, saúde e direito tornando-se metodologicamente eficaz na sistematização do conhecimento:

Este procedimento foi escolhido por possibilitar a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado, além de permitir a obtenção de informações que possibilitem aos leitores avaliarem a pertinência dos procedimentos empregados na elaboração da revisão (Botelho, Cunha e Macedo, 2011, p.133).

A revisão integrativa da literatura, além de fomentar o acúmulo de saberes, oferece informações valiosas sobre o tema em discussão. Assim, essa metodologia se mostra eficiente, possibilitando ao pesquisador uma aproximação relevante da questão a ser investigada, enquanto proporciona uma visão completa da produção científica relacionada. A meta é monitorar a progressão do assunto ao longo do tempo, com o intuito de identificar potenciais campos de estudo. A revisão integrativa da literatura, além de fomentar o acúmulo de saberes, oferece informações valiosas sobre o tema em

discussão. Assim, essa metodologia se mostra eficiente, possibilitando ao pesquisador uma aproximação relevante da questão a ser investigada, enquanto proporciona uma visão completa da produção científica relacionada. A meta é monitorar a progressão do assunto ao longo do tempo, com o intuito de identificar potenciais campos de estudo (Botelho, Cunha e Macedo, 2011, p.133).

Este tipo de estudo, segundo os autores, se destaca como um trabalho de grande relevância acadêmica, pois gera impactos ao empregar uma metodologia derivada de outras áreas do conhecimento e integrá-la à esfera organizacional.

Propomos ainda em segunda etapa como metodologia aplicada a este estudo, conforme Cellard (2008), à análise documental inicialmente como observação da evolução de conceitos, práticas, comportamentos e mentalidades ao longo do tempo, passando a compreensão e interpretação adequadas do contexto em que os documentos foram elaborados, facilitando assim a análise das informações sem incorrer em anacronismos. Nesse sentido, a pesquisa documental pode ser compreendida como uma técnica, um método e uma abordagem analítica em pesquisa, a qual permite a utilização de documentos como fontes primárias de dados. Para que esses documentos sejam classificados como primários, é imprescindível que não tenham sido submetidos a um tratamento científico ou analítico prévio, conforme ressaltado por Cellard (2008).

É impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se, assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada; entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar (Cellard,2008,p.299)

Para Pimentel (2001), na pesquisa documental, além da análise documental propriamente dita, devemos considerar características, postura do pesquisador, estratégias de coleta de dados, objeto, estudo de caso, papel do sujeito, aplicabilidade, interpretação, uso dos resultados da pesquisa e generalização.

Para Cellard (2008), ainda com relação a postura do pesquisador, confere a manipulação de documentos de forma bastante relevante no âmbito das abordagens qualitativas, pois, não só permite a reconstrução de uma história distante, mas também, se torna comprovação de acontecimentos recentes, concordando com Nascimento, Bezerra, Calheiros (2022, p. 419) na utilização do método de análise documental com a finalidade investigativa.

A análise documental, consiste na exploração e levantamento de material originário e/ou de documentos, revistas, diários, memorandos, relatórios, revisões bibliográficas, pesquisas historiográficas, registros em que se extraem análise de informações organizadas e interpretadas conforme a proposta investigativa e seus objetivos (Pimentel, 2001, p.180).

Para fins desse estudo inicialmente, pretende-se realizar a busca por fonte dos documentos por meio da “garimpagem”, Mitsuko Antunes citada por Pimentel (2001), livros, artigos, teses e dissertações, materiais publicados pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e seus Conselhos regionais e de Universidades que comportem o curso em sua grade, como manuais, anais, atas de reuniões, publicações resultantes de seminários e palestras realizadas, relatórios, projetos entre outros que se julguem necessários a este estudo.

O uso do conhecimento na construção da realidade, de acordo com Pimentel (2001), ainda que através de documentos, é característica geral da pesquisa qualitativa, ou seja, a busca do material bibliográfico se concretiza com a interpretação e entendimento dos textos que se referem ao estudo.

Segundo Gunther (2006), na pesquisa qualitativa os dados devem ser registrados num contexto observável, com detalhes, recursos físicos e tecnológicos, no entanto, consideradas as variantes e suas implicações.

A escolha da análise documental no estudo qualitativo é considerada por Godoy (1995, p.21) como uma abordagem menos rigorosa estruturalmente, possibilitando a criatividade na proposta dos investigadores, nesta perspectiva optou-se ainda na criação dos quadros de núcleos de significação embasados pelos autores Aguiar; Aranha e Soares (2021), na perspectiva de compreender os eixos, relações e correlações que possam interferir na disposição territorial, acepções culturais e socioeconômicas e a relação curricular estabelecida nos cursos pelas universidades selecionadas para este estudo.

Desta forma, busca-se estimar a diversidade existente nos documentos emitidos pelas universidades públicas federais que ofertam os cursos de terapia ocupacional no Brasil, especialmente na análise documental com o levantamento de informações e fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos enquanto estrutura curricular correspondentes a auxiliar na formação das práticas profissionais da área de Terapia Ocupacional em contextos sociais, educacionais e socioeducativos.

Passando a realização da primeira organização do material encontrado, tornando-o inteligível a partir dos objetivos investigativos para depois classificar os documentos por pastas organizadas por fonte, leituras e fichamentos (Pimentel, 2001, p.183).

Seguindo com a leitura flutuante e interpretativa desenvolvida pelo pesquisador, como a leitura interpretativa como propõe Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009, p.1-15) e a análise que se sustentará na reflexão real e suas referências teóricas no trânsito entre os aspectos históricos, culturais e políticos da constituição e preparação do Terapeuta Ocupacional no âmbito do que seria seu fazer no atendimento socioeducativo.

A análise documental será feita a partir da fundamentação que deverá ser epistemológica e histórico-social, como desenvolvimento do conhecimento científico dialético, buscando compreender a realidade na formação do terapeuta ocupacional voltado para o atendimento socioeducativo, considerados segundo a proposta de criação de núcleos de significação:

No entanto, ainda temos de lembrar que a apropriação efetiva da realidade não depende somente o “mirante”, pois existe uma “autonomia relativa” daquele que busca conhecer. Embora posicionado no mesmo mirante, as escolhas categoriais, as técnicas, histórica e socialmente constituídas, se particularizam, isto é, se diferenciam para o espírito crítico daquele que faz pesquisa (Aguiar, Soares e Machado, 2015, p.59).

Assim, de acordo com os autores citados, propomos ainda a criação de núcleos de significação a partir dos processos envolvidos na temática abordada, considerando ainda o “sujeito frente a realidade com a qual se relaciona”, é, portanto:

O “trabalho de análise”, como primeiro passo, e, depois, o de “interpretação”, isto é, de síntese dos elementos abstraídos da análise, que nos levam à breve discussão da terceira questão deste item, ou seja, as três etapas fundamentais de construção da referida proposta: levantamento de pré-indicadores, sistematização de indicadores e sistematização dos núcleos de significação (Aguiar, Ozella, 2013, p. 61).

Com a análise dos dados fornecidos, leitura dos artigos entre Teses, Dissertações e o levantamento das propostas pedagógicas dos cursos de Terapia Ocupacional, serão elencados elementos contraditórios, para possível apropriação da realidade vivida, compreendendo a formação do futuro profissional e não mera expectativa de sua atuação na socioeducação.

#### **4 BUSCA NAS BASES DE DADOS**

A busca dos artigos, teses e dissertações iniciou-se com a verificação no Portal de periódicos do Portal Capes-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no entanto, as pesquisas realizadas não atingiram a expectativa da autora em contemplar com maior aprofundamento as relações estabelecidas entre a Terapia Ocupacional, medidas socioeducativas, formação, currículo e social, sendo necessária mais três pesquisas, estas foram realizadas pela plataforma de Periódicos pelos Sistemas de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI), pesquisada em específico a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

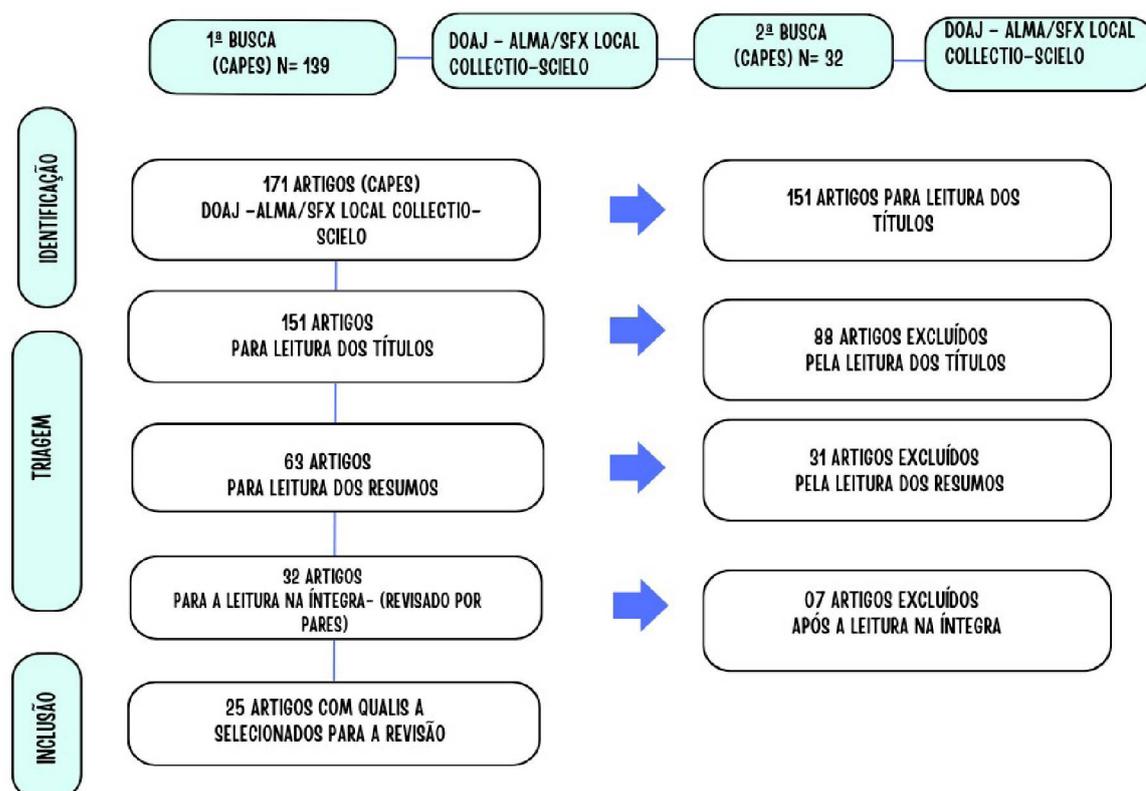
De acordo com a primeira etapa proposta o estudo segue na análise documental, com abordagem qualitativa, segundo Ludke, André (2018), compreendendo o efeito social seguindo com revisão sistematizada proposta por Koller, Couto e Hohendorff (2014, p. 65-69), compreendendo a introdução, método, resultados e discussão foram encontrados em uma primeira busca 139 artigos e na segunda 32 artigos, somados 171 dos quais foram removidos 20 por critérios de duplicação, 88 após a leitura de títulos que não correspondiam ao tema, 31 excluídos após a leitura de resumos que não compreendiam a temática proposta e excluídos mais 7 artigos após a leitura na íntegra por critérios de não atendimento ao objeto, resultando em 25 artigos selecionados para o estudo. Na segunda busca totalizando 94 dissertações e 42 teses, que seguindo os critérios de relevância aos estudos a partir dos resumos, resultaram em 7 teses e 8 dissertações para leitura na íntegra, resultando nas subdivisões.

A primeira fase de levantamento de dados foi dividida em duas buscas e criadas com estratégias por meio dos descritores, primeiramente a base *Thesaurus* Brasileiro da Educação foram utilizados operadores *booleanos AND*: *currículo AND terapia ocupacional AND social*, *terapia ocupacional AND medidas socioeducativas* e a segunda busca com os descritores: *terapia ocupacional AND formações AND social*, com a orientação da bibliotecária da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A primeira busca base *Thesaurus* Brasileiro da Educação, através do SIBI -UFPR- Periódicos CAPES, foram levantados 139 artigos da base de dados DOAJ, Alma/SFX Local Collectio e SciELO e a segunda busca da primeira etapa foram levantados mais 32 artigos DOAJ, Alma/SFX Local Collectio e SciELO, somados 171 artigos, que foram selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão que seguiram os mesmos para todas as fases desta primeira etapa.

Abaixo demonstramos a organização do material pesquisado nas bases de dados relacionadas na figura 1:

FIGURA 1 – PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS



Fonte: Adaptado<sup>7</sup> de Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses. (Prisma, 2020). Source: Page MJ, et al. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71.

Desta forma, foram incluídos 25 artigos de acordo com a qualidade de produção intelectual em nível de pós-graduação, estabelecida pela CAPES, QUALIS A, conforme o resultado das buscas na plataforma SUCUPIRA.

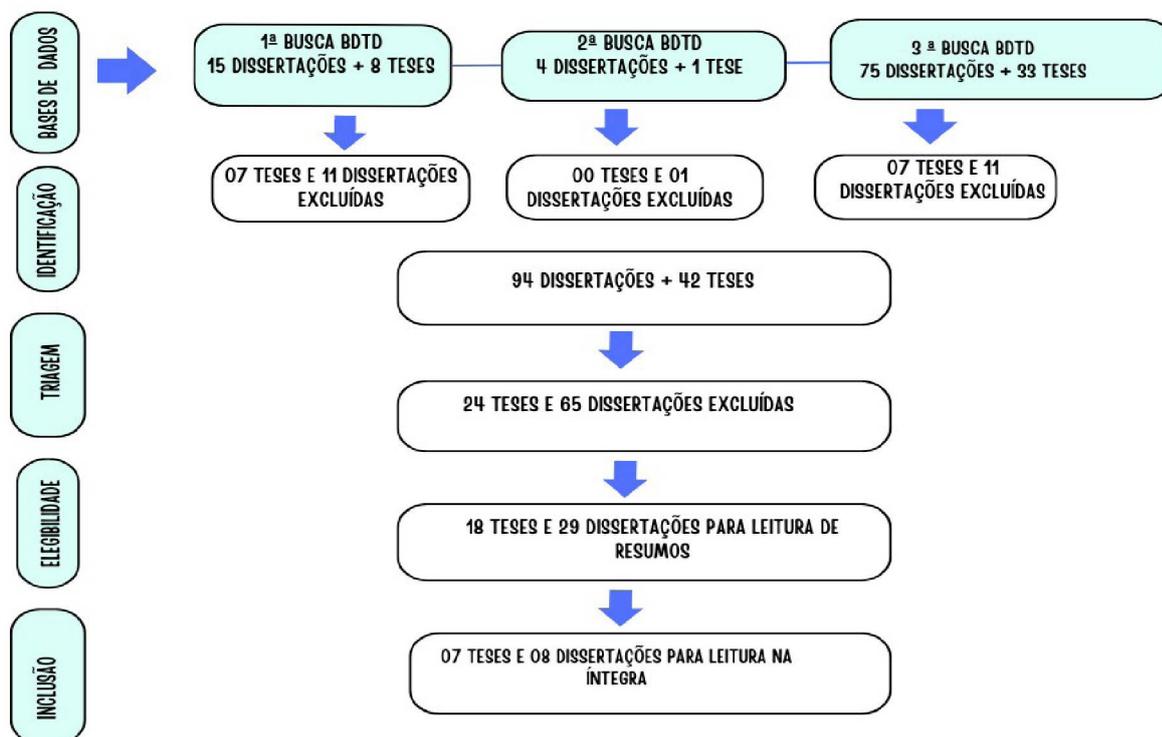
A segunda etapa foi subdividida em três buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Para o estudo em questão, foram utilizadas estratégias de buscas por meio dos descritores: currículo *AND* terapia ocupacional *AND* social, terapia ocupacional *AND* formação *AND* social e-terapia ocupacional *AND* medidas socioeducativas.

Na primeira busca desta segunda etapa, foram levantadas 15 dissertações e 8 teses, na segunda busca desta etapa, foram levantados mais 4 dissertações e 1 tese, e na terceira busca desta etapa, 75 dissertações e 33 teses, totalizando 94 dissertações e

<sup>7</sup> A adaptação das figuras 1 e 2 correspondem ao fluxograma modelo Prisma 2020, atualizado a partir da versão da declaração Prisma 2009, no caso do estudo proposto os autores utilizaram a metodologia somente para dados na construção dos diagramas.

42 teses, considerando os critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se 7 teses e 8 dissertações para leitura na íntegra. Conforme demonstrado na figura 2:

FIGURA 2 – PROCESSO DE SELEÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES



Fonte: Adaptado de Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses. Prisma, 2020). Source: Page MJ, et al. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71.

Assim, consideramos a busca por afinidade com os temas apresentados nas publicações, passando a apresentar a partir dos temas elencados na primeira e na segunda etapa de levantamento de dados do estudo, os quadros 1 e 2 que se referem ao título e ano de publicação no Brasil, em ordem cronológica. No passo seguinte, concluímos a leitura flutuante do referencial apresentado, iniciando pela publicação mais antiga com o objetivo de verificar uma construção gradativa, tomada pelos aspectos relevantes aos estudos.

QUADRO 1 - RELAÇÃO AOS ARTIGOS SELECIONADOS SIBI – UFPR - PERIÓDICOS CAPES

	Autor (es) /Título	Ano de publicação
1	Guralh, S. A.A Socioeducação na Dinâmica de Afirmação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.	2010
2	Maraschin, C.; Raniere, É. Socioeducação e Identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para Pensar o Sinase.	2011
3	Zanella, M. N. Lara, Â. M.B. A ONU, suas normativas e o ordenamento jurídico para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei no Brasil: as políticas de socioeducação.	2015

4	Pinheiro R. V., F; Santos L., O., M. C. Para Além da Punição: (Re)Construindo o Conceito de Responsabilização Socioeducativa.	2015
5	Mella, L. L; Limberger, J; Andretta, I. Políticas Públicas e adolescentes em Conflito com a Lei: revisão sistemática da literatura nacional.	2015
6	Morais, A. C. de; Malfitano, A. P. S. O Terapeuta Ocupacional como Executor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Discursos na Construção de uma Prática.	2016
7	Oliveira, C. B.et al. Socioeducação: Origem, Significado e implicações para o Atendimento Socioeducativo..	2016
8	Onório, J. L. S. <i>et al.</i> O exercício da preceptoria na formação do terapeuta ocupacional.	2017
9	Conceição, W. L. Histórias de vidas que se unem: a professora, o professor e os [elos com os] jovens infratores.	2017
10	Cunha, K. R. M. G. Oliveira L., M. C. S. Adolescências e judicialização da conduta juvenil.	2017
11	Gonçalves, M., C., S.; Takeiti, B. Terapia Ocupacional e Cultura: Atravessamento, Recurso ou Campo de Atuação?	2017
12	Reis, S. C. C. A. G. Lopes, R. E. O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos/The beginning of the trajectory of occupational therapy academic institutionalization in Brazil: what professors tell pioneers about the creation of the first courses.	2018
13	Fialho, L. M. F. Vasconcelos, J. G. Percepções de Jovens em Conflito com a Lei Privados de Liberdade: Educação e Socialização.	2019
14	Miranda, K. A. da S. N. Onofre, E. M. C. Jovens em situação de privação de liberdade no Brasil.	2019
15	Gurski, R. Educa-me ou te mato!	2019
16	Kobi, E. C. Machado, M. V. C.; Monzeli, G. A.Terapia Ocupacional e Medidas Socioeducativas: Uma Revisão de Literatura.	2020
17	Alves, G. <i>et al.</i> Ética e Direitos Humanos: Propostas para Inibir Práticas Violadoras na Socioeducação .	2020
18	Veloso B. V. O direito à educação enquanto garantia de emancipação humana para adolescentes e jovens privados de liberdade.	2020
19	Eyng, A. M. Ramos, A. Narrativas de educadores da socioeducação: representações sociais sobre adolescência na tessitura do trabalho socioeducativo.	2020
20	Orjuela D.V.; Osses M.H. Percepción de la Simulación Clínica como Estrategia de Enseñanza para el Desarrollo de Competencias Transversales en Terapia Ocupacional.	2021
21	Oliveira, R. H. D. de; Malfitano, A. P. S.Terapia Ocupacional e Adolescentes Autores de Ato Infracional: Mapeamento de Produções.	2021
22	Borba, P.L. , O. Pereira, B. P.; Lopes, R. E. Ato Infracional, Escola e Papeis Profissionais: Tramas Complexas em Relações Frágeis.	2021
23	Florêncio, R. D. Bazzo, J. L. Por uma Educação Libertadora e uma Didática Fundamental com Pessoas em Privação de Liberdade.	2021
24	Nascimento, A. C. B; Bezerra, W. C.; Calheiros, D. S. Currículos de Terapia Ocupacional em Universidades Públicas do Nordeste: Áreas Sociais e Educação em Foco.	2022
25	Furtuoso, G.; Picanço, D.C.L.; Godoy V., E. Análise do Discurso sobre Socioeducação e seus Domínios Simbólicos: Uma Relação entre Sociedade, Decolonialidade e Ideologia e Inconsciente.	2023

Fonte: Santos, Ribeiro(2025).

#### 4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Seguindo a cronologia das publicações passamos a uma breve síntese do material estudado e organizado de acordo com o quadro acima.

Guralh (2010) em “A Socioeducação na Dinâmica de afirmação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil”, se propõe analisar o atual modelo de atendimento aos jovens infratores, e ainda, estabelecer o debate sobre esse tema com diversas questões que afetam o desenvolvimento dos direitos das crianças e dos adolescentes no país. Sendo este eixo temático importante na reflexão de esforços e conquistas dos diferentes atores sociais, bem como os desafios que devem ser enfrentados para concretizar estes direitos numa perspectiva democrática.

Maraschin e Ranieri (2011), no artigo “Socioeducação e Identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase, estudam a apresentação conceitual em políticas públicas a saber, pessoa, identidade, *self*, ego, personalidade, alma, espírito, subjetividade, personalidade. Propondo a discussão de ressonâncias dessas imagens conceituais, perda e transformação na aplicação de políticas públicas, considerando o sistema nacional de apoio à educação como objeto de estudo.

Zanella e Lara (2015) em sua publicação “A ONU, suas Normativas para o Ordenamento Jurídico para o Atendimento de Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil: As Políticas de Socioeducação”. O estudo proposto investigou a influência das Nações Unidas e de suas agências sobre os direitos das crianças brasileiras no século XX. O estudo resumiu a dissertação de mestrado realizada em 2014 sobre este tema, inovador para a época, na medida em que identifica não só a promulgação do Regulamento sobre Crianças e Jovens, mas também a influência das Nações Unidas e da Associação das Nações, regulamentos e regras práticas, na perspectiva da Lei de 1927 e Lei dos Menores de 1979.

Pinheiro e Santos (2015) examinaram no artigo, “Para Além Da Punição: (Re) Construindo o Conceito de Responsabilização Socioeducativa”, o conceito de responsabilidade juvenil no âmbito da Lei da Criança e do Adolescente (ECA) nº 12.594/1990, que definiu o sistema e a filosofia estadual de assistência social educacional, e explica a ambiguidade no uso desse termo. Demonstra que operadores do sistema fornecem educação social. Realização da primeira análise bibliográfica de documentos legais relacionados ao processo de responsabilização educacional na sociedade. Os resultados mostraram relações entre punição e estigmatização e práticas que promovem a responsabilidade sociopedagógica por sua vez são mais indicativas de crenças e expressões que ainda existem nos sistemas sociopedagógicos do que de uma falta de compreensão das leis e normas que regem esses sistemas.

Mella, Lindenberg e Andretta (2016) em sua publicação “Políticas Públicas e

Adolescentes em Conflito com a Lei", realiza a revisão de literatura descrevendo e analisando pesquisas sobre conflitos políticos públicos no Brasil entre os anos de 2005 e 2015. Foi relevante para este tema de pesquisa contextualizar cidades de pequeno e médio porte. Como demonstraram nos artigos analisados, o tema quase não é mencionado. Contudo, surgiram questões importantes, ou seja, são necessárias políticas públicas em todas as cidades para apoiar os jovens em conflito com a lei.

Morais, A.C. e Malfitano (2016) examinam no estudo intitulado, "O Terapeuta Ocupacional como Executor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Discursos na Construção da prática, do papel dos terapeutas ocupacionais nas intervenções sócio-pedagógicas para jovens infratores, considerando tema raramente discutido em pesquisas científicas. Realização de entrevistas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e discussões sobre as condições especiais do exercício da terapia ocupacional e sua utilização como ferramenta de divulgação e trabalho técnico e a atenção às necessidades dos jovens como diretrizes para o exercício profissional foram o cerne das discussões da equipe. Pressupondo que o campo de atuação estudado, confirma que não há limitações teóricas ou metodológicas às especificidades da prática terapêutica profissional.

Oliveira, C. B. *et al.* (2016), apresentam o artigo Socioeducação: Origem, Significado e implicações para o Atendimento Socioeducativo, no que cabem os elementos conceituais e teóricos essenciais à pedagogia social e à prática da pedagogia social, a fim de garantir maior clareza e objetividade na prática profissional de quem trabalha diariamente com jovens em iniciativas de pedagogia social. O estudo decorre do entendimento que as medidas de educação social, além dos processos legais, incluem atividades implícitas e em rede que, através da educação e da ação intencional, podem proporcionar oportunidades para transformar trajetórias criminosas e construir novas vidas. As autoras fazem referência a administradores e profissionais responsáveis pela assistência socioeducativa com a obrigação de questionar o significado reducionista do concreto e de considerar as violações como fenômenos complexos e multifacetados onde as intervenções socioeducativas podem ser simultaneamente críticas e libertadoras.

Onório *et al.* (2017) em "*The Exercise of The Preceptorship in the Formation of The Occupational Therapist / O Exercício da preceptoria na formação do Terapeuta Ocupacional*", publicado nas línguas inglesa e portuguesa. Considerou a importância do papel dos mentores de estágio na formação profissional em uma universidade pública nordestina, através do estudo de campo qualitativo e dados obtidos por meio de

entrevistas semiestruturadas com nove especialistas. Verificou-se que a atuação dos professores estava baseada na experiência prática de profissionais sem qualquer formação, procedendo como orientadores, mediadores e facilitadores no processo de ensino, permitindo a intervenção livre sem renunciar à discussão comportamental. Concluiu-se que embora a profissão docente seja frequentemente enfatizada, estes profissionais precisam refletir sobre a importância do seu trabalho e incentivar as instituições formadoras a obterem qualificação profissional docente.

O artigo Socioeducação: Desafios e Brechas à Justiça Social dos autores Conceição, Teixeira e Campos (2020), trata de jovens sujeitos a restrições e privação de liberdade, visando mapear práticas sociais e demonstrar processos educativos na condução da educação para os direitos humanos e à educação para a justiça social. Realizando análise de práticas sociais como a escolarização, formação profissional, educação física, arte e cultura permite-nos focar no cotidiano de toda a instituição.

Cunha e Oliveira (2017), no artigo intitulado “Adolescências e Judicialização da Conduta Juvenil, refutou articulações legais das entidades contemporâneas que afirmam ou limitam os direitos sociais dos adolescentes, bem como as políticas públicas propostas para sua implementação, ambas enraizadas em conceitos historicamente construídos para a criminalização da juventude e gerados por práticas legislativas com efeito judicial. Analisou os limites da atual criminalização e judicialização do tratamento humano, ocasionando a melhora da qualidade do atendimento, embora ações sejam coercitivas e corretivas em detrimento das ações educativas.

Gonçalves e Takeiti (2017), no artigo “Terapia Ocupacional e Cultura: Atravessamento, Recurso ou Campo de Atuação?”. Os autores fazem a análise e discussão acerca das potencialidades da terapia ocupacional no campo cultural, a partir de reflexões pedagógicas propostas por estudantes do Departamento de Terapia Ocupacional de uma universidade estadual. Os resultados foram categorizados e analisados como prática transcultural, cultura como recurso e cultura como domínio da terapia ocupacional. Os dados deste estudo específico, bem como diferentes experiências com terapia ocupacional nas áreas culturais, mostraram que a formação profissional, segundo os autores, necessita ser repensada.

Reis e Lopes (2018) no artigo publicado na língua inglesa, “*The Beginning Of The Trajectory Of Occupational Therapy Academic Institutionalization In Brazil: What Pioneer Professors Tell About The Creation Of The First Courses*” (O Início da Trajetória da Institucionalização Acadêmica da Terapia Ocupacional no Brasil: O que Contam os

professores pioneiros sobre a criação dos primeiros cursos”). Trata sobre os cursos de terapia ocupacional afetados por mudanças e negociações contínuas na profissão. Nesse sentido, coloca-se a necessidade em se realizar estudos comparativos para compreender os conceitos e estruturas na sua formação. Constatou-se que a proporção de tempo no currículo dedicado a áreas específicas da terapia ocupacional é semelhante, mas as instituições espanholas têm mais conteúdo de pesquisa e ciências sociais, demonstrando a forte base médica da Educação brasileira.

Fialho e Vasconcelos (2019), no artigo intitulado “Percepções de Jovens em Conflito com a Lei Privados de Liberdade: Educação e Socialização”, tiveram o objetivo de compreender a percepção dos jovens sobre a importância da experiência socioeducativa do atendimento. Foram realizadas sete entrevistas coletadas como fontes primárias de estudo, utilizando o método da história oral biográfica. Os resultados apontados identificaram características do perfil dos jovens entre a falta de escolaridade, entrada precoce no mercado de trabalho, baixos rendimentos, desagregação familiar e criminalidade, articuladas a cinco experiências hospitalares problemáticas.

Miranda e Onofre (2019) no estudo “Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Brasil”, objetivam compreender a situação dos jovens carentes e a perspectiva nacional sobre a implementação de intervenções sociopedagógicas no Brasil. Os pressupostos teóricos e metodológicos subjacentes ao estudo baseiam-se em ferramentas críticas e argumentativas para análise dos dados coletados pelo Centro de Educação Social Cuiabá/MT-CASE. Este estudo mostra que o tratamento jurídico e o significado das experiências cotidianas dos jovens são individuais e diferentes.

Gurski (2019) no artigo, “Educa-me ou te mato” tem por princípio acreditar que repetir erros e marginalizar a vida escolar de meninos e meninas com o apoio da pedagogia social leva a uma situação difícil na escola e esta não é uma realidade visível em suas vidas. A autora questiona o porquê não estamos incluídos nos nossos sonhos e utopias educacionais nacionais, porque não são consideradas disciplinas nas quais possam ser educados, e nós, enquanto sociedade, os apresentamos com as nossas próprias palavras.

Kobi, Machado e Monzelli (2020) no artigo intitulado “Terapia Ocupacional e Medidas Socioeducativas: Uma Revisão de Literatura” descrevem a relação entre adolescência, vida e a agressão, emergem na prática e na pesquisa de terapeutas ocupacionais brasileiros. Este estudo realizou o levantamento bibliográfico dos termos “terapia ocupacional”, “medidas socioeducativas” e “pedagogia social” em cinco bases de

dados. Os conceitos e ideias dos temas abordados dependeram da orientação teórica do autor e ainda requerem mais pesquisas científicas sobre o tema considerando os terapeutas ocupacionais como profissionais que podem contribuir para o desenvolvimento laboral dos jovens, seguindo medidas socioeducativas na gestão das atividades individuais ou em grupo e/ou nos serviços disponíveis para o atendimento aos jovens.

Alves, Kunz e Correa (2020) no artigo “Ética e Direitos Humanos: Propostas para Inibir Práticas Violadoras na Socioeducação”, consideram a combinação de ética e direitos humanos como fator principal na redução de abusos na pedagogia social, especialmente aqueles relacionados com atividades profissionais públicas. O resultado demonstrou que a ética é um fator importante na promoção de direitos, especialmente na transformação e resistência ao abuso, superação da violência e evidenciou a relação entre ética e direitos humanos como um tema importante para os profissionais de educação social.

No artigo, “Direito à Educação Enquanto Garantia de Emancipação Humana para Adolescentes e Jovens Privados de Liberdade” do autor Batista Veloso(2020), propõe imaginar o direito dos adolescentes e jovens privados de escolhas de se comportarem como uma oportunidade de libertação humana, não sendo tarefa fácil na instituição atual marcada pela globalização e pela exclusão, onde as forças do comércio distorcem constantemente as esferas do desenvolvimento e do consumo, produzindo diversas formas de separação e influenciando a subjetividade desses sujeitos, que até então eram ontologicamente incertos quanto à complexidade do seu ser social.

Em “Narrativas de Educadores da Socioeducação: Representações Sociais Sobre Adolescência na Tessitura do Trabalho Socioeducativo”, artigo de Eyng e Ramos(2020), interpreta as representações sociais de adolescentes educadores de pedagogia social. As expressões apoiam-se nas contribuições de Moscovici (1961) e Alves-Mazzotti (2015), Passeggi (2011), Ribeiro, Carvalho, Antunes-Rocha (2017), Sousa *et al.* (2014), Tebas e Andrade (2017).

No artigo de Orjuela e Osses (2021) “*Percepción de la Simulación Clínica como Estrategia de Enseñanza para el Desarrollo de Competências Transversales en Terapia Ocupacional*” - Percepção da Simulação Clínica como Estratégia de Ensino para o Desenvolvimento de Competências Transversais em Terapia Ocupacional (tradução da autora), considera os processos de ensino e aprendizagem como meio de reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos ativos na sua formação acadêmica e profissional. Concluindo com a importância das práticas clínicas simuladas ou sejam

estágios, como ferramenta importante no processo de ensino aprendizagem de habilidades.

No artigo que segue, “Terapia Ocupacional e adolescentes autores de ato infracional, mapeamento de produções” Oliveira e Malfitano (2021), as autoras referem-se aos terapeutas ocupacionais como especialistas capazes de desenvolver intervenções para jovens em conflito com a lei. Contudo, esta abordagem ainda é pouco discutida. O estudo teve como objetivo conhecer a produção científica da terapia ocupacional e o comportamento desses jovens. No estudo estimou-se que a crescente popularidade desse contexto e da prática profissional com jovens no sistema socioeducativo possa contribuir significativamente para a contínua remodelação das particularidades dos terapeutas ocupacionais na área e para a solidificação do seu reconhecimento como especialistas e contribuidores na área da juventude.

No artigo de Borba; Pereira e Lopes (2021), “Ato Infracional, Escola e Papeis Profissionais: Tramas Complexas em Relações Frágeis”, apresenta um estudo realizado com três jovens em conflito com a lei, por infrações disciplinares em escolas públicas. As autoras sugeriram que as escolas deveriam procurar apoio dos serviços de assistência social que fazem parte da política nacional de assistência social, aumentando ao mesmo tempo a capacidade de contribuição dos serviços de assistência social e que os terapeutas ocupacionais entrem no diálogo entre os departamentos de assistência social e de educação.

O artigo de Florêncio e Bazzo, “Por uma educação libertadora e uma didática fundamental com pessoas em privação de liberdade” (2021), pretendeu refletir sobre a questão da educação para a libertação no contexto da educação social ou da educação na prisão, a partir dos aspectos políticos, sociais e humanos da educação para a libertação, para ir além da prática da educação bancária e da violência simbólica, interpessoal com pessoas privadas de sua liberdade. Conceituando entre as perspectivas de Paulo Freire (2018), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2013) fazendo referências à escola cultural. Baseia-se na perspectiva multidimensional da didática apresentada por Candau (2013) em que realiza pesquisas bibliométricas para pensar a educação das pessoas privadas de liberdade na esfera política-sociedade e povo, escolhendo autores como Paulo Freire (2018), Bourdieu e Passeron (2013). Apresentam contribuições de autores que tratam do aspecto humano do processo de ensino e aprendizagem, como Neill (1995) e Rogers (2004).

Nascimento; Bezerra e Calheiros (2022), no artigo “Currículos de Terapia Ocupacional em Universidades Públicas do Nordeste”, questiona a aprendizagem da Terapia Ocupacional nos campos de saúde, educação e social quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais, analisados em Universidades públicas do Nordeste brasileiro, especialmente na área social e educação social.

O artigo de Furtoso; Picanço e Godoy (2016) intitulado “Análise do Discurso sobre Socioeducação e seus Domínios Simbólicos: Uma Relação entre Sociedade, Decolonialidade, Ideologia e Inconsciente”, trata-se de um estudo baseado na análise do discurso (AD) que identifica e conceitua autores como, Orlandi (2017, 2009), Dussel (1996) e Freire (2016). Analisa a primeira parte dos Cadernos Socioeducativos (Paraná, 2018) intitulados “Referencial Teórico-Metodológico da Pedagogia Social”, considerando os efeitos interdisciplinares, figurativos e metonímicos da Pedagogia Social contidos neste documento, conclui que existem formações ideológicas neoliberais e socialistas como condições para a produção de sentido.

Considerando ainda o tipo de publicação realizada na segunda etapa do estudo, apresentamos o quadro 2, na ordem de publicação no Brasil a partir do ano de 2007:

QUADRO 2 - RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES BDTD

	Autor (es) /Título	Tipo/Ano de publicação
1	Feriotti, M. L. Universidade, formação de professores e movimentos sociais: a colcha de retalhos como metáfora das relações interdisciplinares e transdisciplinares.	Dissertação - 2007
2	Bezerra, W. C.A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil.	Dissertação - 2011
3	Morais, A. C. Terapia ocupacional e medidas socioeducativas em meio aberto: percepções e práticas.	Dissertação - 2013
4	Pan, L. C. Políticas de ensino superior, graduação em terapia ocupacional e o ensino de terapia ocupacional social no Brasil.	Dissertação - 2014
5	Bianchi, P. C. Terapia ocupacional e a questão social: retratos da formação graduada a partir de um recorte latinoamericano.	Dissertação - 2016
6	Duarte, M. L. M. C. Terapia ocupacional e a questão social no Brasil: uma análise de suas publicações.	Dissertação - 2016
7	Faria, C. B. Há saídas? As saídas. Pelos caminhos dos cotidianos das vidas de adolescentes após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.	Dissertação - 2017
8	Pereira, B. P. Terapia Ocupacional e Educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a Escola.	Tese - 2018
9	Monzeli, G.A. Histórias da terapia ocupacional na América Latina: processos de criação dos primeiros programas de formação profissional.	Tese - 2019
10	Bregalda, M. M. Formação graduada em terapia ocupacional e desenvolvimento de competências relacionais: estudo dos currículos dos cursos públicos no Brasil.	Tese - 2019

11	Pan L. Entrelaçando pontos – de fora para dentro, de dentro para fora: ação e formação da terapia ocupacional social na escola pública.	Tese - 2019
12	Silva, M. J. Terapia ocupacional social, juventudes e espaço público. 2019. 285 f. Orientadora: Ana Paula Serrata Malfitano.	Tese - 2019
13	Silva A. C. C. Participação social: reflexões teórico-conceituais e práticas entre e com terapeutas ocupacionais.	Tese - 2021
14	Oliveira, R. H. D. Terapeutas ocupacionais e o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE): a prática profissional nas medidas privativas de liberdade.	Tese - 2022
15	Soares, T. B. A. A terapia ocupacional como profissão: confrontos, condições sociais de exercício e perfil profissional.	Tese - 2022

Fonte: Santos, Ribeiro (2025).

Com a sequência cronológica das publicações passamos a uma breve síntese do quadro acima referente ao material estudado e organizado.

Ferioti (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada “Universidade, formação de professores e movimentos sociais: a colcha de retalhos como metáfora das relações interdisciplinares e transdisciplinares”, nos remete ao momento histórico em que se buscavam superar divergências na atenção necessária e crescente das complexidades humanas e sociais que se tornavam fragmentadas em ideias e ações.

Segundo a autora, na sua representatividade desconexa apresenta a diversidade. Utilizou embasamento teórico referencial de Edgard Morin, além do levantamento bibliográfico, documental além da pesquisa de campo, permitindo identificar e refletir nas contribuições sociais, contribuições do Movimento “Tecendo a Paz” para a formação de docentes do Curso de Terapia Ocupacional da PUC - Campinas e mudanças ocorridas a partir da prática pedagógica, interdisciplinar e transdisciplinar ressaltando a diversidade.

Na dissertação de mestrado de Bezerra (2011), com o tema “A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil”, o estudo propôs relacionar o profissional de terapia ocupacional com a prática e políticas públicas, com o objetivo de analisar a inclusão do profissional terapeuta ocupacional na partilha social do trabalho, relações empregatícias e o Estado capitalista. Concluindo que a terapia ocupacional vem sendo cada vez mais necessária na atuação em áreas voltadas ao atendimento social.

Morais (2013), em sua dissertação de mestrado, intitulado “Terapia ocupacional e medidas socioeducativas em meio aberto: percepções e práticas”, faz a introdução aos aspectos legais e norteadores das medidas socioeducativas em meio aberto, considerando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em suas proposições quanto ao adolescente egresso do sistema. Entre as contribuições observadas pela autora, estão quanto aos

subsídios importantes dos profissionais atuantes neste campo considerando as áreas diversificadas que se relacionam no âmbito das medidas socioeducativas, habilidades com manejo de grupos, uso de atividades para vincular e intervir com essa população específica. Pontua ainda a necessidade em abrir debates entre a socioeducação e a Terapia Ocupacional.

Pan (2014) em sua dissertação de mestrado, intitulada “Políticas de ensino superior, graduação em terapia ocupacional e o ensino de terapia ocupacional social no Brasil”, pesquisou as políticas de ensino superior brasileira a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, que na época promoveram a ampliação de cursos e vagas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o redirecionamento da formação de profissionais que atuam na área da saúde, incluindo a terapia ocupacional. Sistematizando e analisando dados do REUNI, certificou-se dos impactos na área da terapia ocupacional com o aumento de vagas em instituições públicas na área, para regiões que não aportavam cursos dessa natureza em IFES, contrapondo com a ausência do Pró-Saúde no estudo ocasionando reflexos indiretos.

Bianchi (2016) pesquisou em sua dissertação de mestrado, intitulado “Terapia ocupacional e a questão social: retratos da formação graduada a partir de um recorte latino-americano”, a formação acadêmica na terapia ocupacional voltada para os contextos sociais no período estudado entre os anos de 2014 e 2015, na época a profissão estabelecia-se em 13 países, totalizando 72 cursos de graduação, não considerados os cursos brasileiros. Os resultados apresentaram debates acadêmicos e no conhecimento científico produzido considerando a atuação do terapeuta ocupacional em contextos sociais pouco representativos e escassos em territórios de maior vulnerabilidade, sobrepondo a atuação do profissional na área clínica. Ainda assim foi constatado interesse na reflexão teórica, crítica e questionamentos formativos mais individualizados na prática coletiva social.

Duarte (2016) na dissertação de mestrado apresentada “Terapia ocupacional e a questão social no Brasil: uma análise de suas publicações”, retrata a terapia ocupacional a partir da história de desigualdades econômicas e sociais vividas no Brasil. A proposta da pesquisa está no entendimento de que a profissão tem a possibilidade de focar seu conhecimento em situações de vulnerabilidade sociais, sobressaindo a prática terapêutico-ocupacional, sendo esta relação uma questão social brasileira. A autora

expõe ainda referência ao Projeto METUIA, produção marcada pela proposta de atendimento social com adolescentes pela terapia ocupacional focado no atendimento às demandas sociais no Brasil.

Faria (2017) em sua dissertação intitulada “Há saídas? As saídas. Pelos caminhos dos cotidianos das vidas de adolescentes após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado”, nos relata os processos de estigmatização social pelos quais passam crianças e jovens a partir da criação de mecanismos controladores e de privação em virtude do cometimento de ato infracional. Citando o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente como marco nas novas formas de conceber e aplicar a terminologia adequadamente diante da responsabilização do jovem, sociedade e Estado. A autora propõe na sua dissertação apresentar as previsões de futuro realizadas por esses jovens após o cumprimento de medidas socioeducativas de internação e entender o seu dia-dia a partir desse evento.

Na tese de doutorado de Pereira (2018) intitulada “Terapia Ocupacional e Educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a Escola”, introdutoriamente descreve as concepções da Terapia Ocupacional no Brasil como campo de intervenção e saúde, educação e social. No contexto social especificamente explica a área no uso de mecanismos e materiais no intuito de promover a independência e autonomia do sujeito, que se apresenta em situação vulnerável e por alguma razão não estão inseridos na participação social, com essa função, questiona quais seriam os conhecimentos de sua formação que o permitiriam atuar na resolução de problemáticas sociais, o mesmo ocorre nas áreas da educação, a despeito da inclusão, especial e pública.

A tese defendida por Monzelli (2019), intitulada “Histórias da terapia ocupacional na América Latina: processos de criação dos primeiros programas de formação profissional”, parte do interesse na origem da terapia ocupacional na América Latina, historicamente, pressupondo compreender as necessidades dos diferentes países no processo de implantação. Como principal objetivo do estudo, está a investigação a partir da criação dos primeiros cursos de formação em terapia ocupacional nos 14 países-membros da Confederação Latino-americana de Terapeutas Ocupacionais. Entre as conclusões mais pertinentes após a análise do autor, refere-se a terapia ocupacional na concepção Estatal com interesse em vincular a formação profissional como material de negociação no atendimento à sociedade organizada, conforme preconiza o capitalismo mantendo uma relação colonial.

Bregalda (2019) na tese de doutorado intitulada “Formação graduada em terapia ocupacional e desenvolvimento de competências relacionais: estudo dos currículos dos cursos públicos no Brasil”, defendida em 2019, faz o aprofundamento dos processos de desenvolvimento profissional de terapeutas ocupacionais a partir de competências adquiridas, habilidades e posturas características e padronizadas.

Analisando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, assim como da documentação internacional, norteadoras da profissão, nos quais identificou a centralização do desenvolvimento de competências relacionais, aquelas que dizem respeito ao tratamento ao profissional, cliente, vínculo, postura, entre outras formas de abordagem pessoal, diferentemente do que se avalia nos currículos brasileiros. Considerou os documentos internacionais e os currículos nacionais para comporem as competências relacionais na identidade profissional contemplando o terapeuta ocupacional em defesa dos direitos humanos, compreendendo as ocupações como instrumento de mudança da sociedade e no domínio profissional promovendo a inclusão e participação social.

Pan (2019) na tese de doutorado “Entrelaçando pontos – de fora para dentro, de dentro para fora: ação e formação da terapia ocupacional social na escola pública”, refere a terapia ocupacional como produtora de conhecimento e práticas em contextos escolares com uma visão diversificada quanto às demandas sociais. A autora faz o estudo dentro do Programa de Extensão METUIA/UFSCAR, em terapia ocupacional, formado por pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação, na intervenção com população pobre, jovens urbanos e na escola pública, na investigação que teve o período de execução de 1998 até 2017. Analisando os resultados a autora fez considerações a respeito da formação dos terapeutas ocupacionais sociais vinculando a educação pública que conjuga com a educação especial radicalmente nas ações de suporte aos jovens em situação de vulnerabilidade com a inclusão de redes sociais.

Silva (2019) em sua tese de doutorado intitulada “Terapia ocupacional social, juventudes e espaço público”, por sua vez, realizou o levantamento histórico e social da luta das juventudes no seu reconhecimento e visibilidade no exercício da cidadania e participação na vida pública, ainda que questões socioeconômicas afetam nossa juventude brasileira na sua inclusão sociopolítica. O autor, embasado nas obras de Hannah Arendt, faz uma reflexão sobre a cidadania restringida e a ocupação do espaço público por pessoas em condições vulneráveis. Como lócus de sua pesquisa utilizou o Laboratório METUIA/UFSCar, concluiu que a terapia ocupacional social, apesar dos

obstáculos apresentados, tem função efetiva no processo de visibilidade dos jovens na ocupação de espaços públicos como mediador, articulador e incentivador da vida pública e da coletividade.

Silva (2021), no estudo da tese de doutorado “Participação social: reflexões teórico-conceituais e práticas entre e com terapeutas ocupacionais”, relata o investimento de terapeutas ocupacionais no aprofundamento teórico e metodológicos de seus conhecimentos teóricos e práticos na tentativa de delimitar a identidade profissional frente a opinião e participação social. Realizou levantamento da bibliografia e confirmou hipóteses que se referem a esta opinião como um posicionamento diversificado em diferentes áreas profissionais. Concluindo o estudo a partir das definições: participação social como as interações sociais; como circulação, como engajamento na vida pública e política, como uma atividade cotidiana e relacionada ao engajamento em atividades, como um referencial teórico e como objetivo e ferramenta para a prática, ressaltando que existe relações entre o local, campo de atuação, graus acadêmicos de conhecimento e metodologias utilizadas na própria prática desenvolvida individualmente, assim como as fragilidades quanto à fundamentação teórico e indiscriminado de conceito.

Oliveira (2022), relaciona políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei, sua responsabilização e medidas socioeducativas possíveis de serem aplicadas com o fazer da Terapia Ocupacional enquanto técnico no atendimento socioeducativo, na construção da identidade desses profissionais. Em sua tese de doutorado, nomeada “Terapeutas ocupacionais e o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE): a prática profissional nas medidas privativas de liberdade”. Objetivamente a tese enfatizou as condições desse atendimento, identificando os profissionais da terapia ocupacional atuantes na área, especialmente em unidades de privação de liberdade, debates sobre a fundamentação teórica e da prática e sua especificidade no contexto socioeducativo.

Soares (2022) apresenta a tese de Doutorado em Sociologia intitulada “A terapia ocupacional como profissão: confrontos, condições sociais de exercício e perfil profissional”, defendida na Universidade Federal de Sergipe. O estudo propôs analisar além do profissional de Terapia Ocupacional, considerando como objeto a organização e o acesso deste profissional na inserção ao trabalho social, de acordo com a realidade do Estado de Sergipe local em que se desenvolveu o estudo. No que cabe ao processo formativo do Terapeuta Ocupacional no enfoque sociológico, estrutural e ideológico.

A próxima etapa, de acordo com Botelho; Cunha e Macedo (2011, p.121-122), passa a categorizar o referencial com a triagem do material, a partir das questões legais que permeiam a socioeducação e a terapia ocupacional, como o assunto que mais aparece nas publicações considerando a temática.

## 4.2 CATEGORIZAÇÃO

A categorização teve como foco principal os objetivos declarados pelos autores pesquisados entre Direitos, com a subcategoria Internação e Privação de Liberdade do adolescente em conflito com a lei; Direito à Educação, a subcategoria educação no atendimento socioeducativo; Socioeducação, com a subcategoria atendimento socioeducativo; Atendimento da terapia ocupacional na socioeducação, com a subcategoria terapia ocupacional em contextos sociais e Formação na terapia ocupacional, com a subcategoria currículo, correlacionados os autores com os principais tópicos, conforme apresentamos no quadro 3:

QUADRO 3 - CATEGORIZAÇÃO DO REFERENCIAL ESTUDADO

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Autores Correlacionados</b>	<b>Principais Tópicos</b>
Direitos	Internação e Privação de Liberdade do adolescente em conflito com a lei.	Guralh (2010), Maraschin; Anieri (2011), Pinheiro; Santos (2015), Zanella; Lara (2015), Mella, Lindenberg; Andretta (2016), Cunha; Oliveira (2017), Miranda; Onofre (2019), Alves, Kunz; Correa (2020), Conceição; Teixeira; Campos (2020).	Internação do adolescente com privação de liberdade;
		Faria (2017).	Egresso para o convívio social
		Morais (2013).	Atuação do terapeuta ocupacional frente a garantia de direitos do adolescente no cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.
Direito à Educação	Educação no Atendimento Socioeducativo.	Batista Veloso (2020), Florêncio; Bazzo (2011), Furtoso; Picanço; Godoy (2016), Fialho; Vasconcelos (2019).	A escola e o adolescente em conflito com a lei no direito à educação;

		Borba; Pereira; Lopes (2021).	Processo de desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei.
		Gurski (2019).	A escola no papel de estigmatização do adolescente em conflito com a lei na escola.
Socioeducação	Atendimento Socioeducativo.	Bezerra (2011), Oliveira, H. R. <i>et al.</i> (2016), Eyng e Ramos (2020).	Atendimento socioeducativo multidisciplinar e atribuições na educação social.
Atendimento da Terapia Ocupacional na Socioeducação	Terapia Ocupacional em Contextos Sociais.	Duarte (2016), Gonçalves; Takeiti (2017) Pereira (2018), Silva, M.J. (2019), Silva, A.C.C. (2021).	Terapia ocupacional no exercício da sua atuação em contextos sociais, frente às políticas públicas, e o efetivo investimento do profissional da terapia ocupacional na sua formação e qualificação na participação social, cultura e educação com ações na comunidade.
		Kobi, Machado e Monzelli (2020), Soares (2022), Oliveira (2022), Oliveira e Malfitano (2022).	Retratam as dificuldades na formação da identidade profissional de terapia ocupacional, frente à atuação em meio das medidas socioeducativas e a publicação de material correspondente a sua atuação.
Formação na Terapia Ocupacional	Currículo	Pan (2014), Bianchi (2016), Onório <i>et al</i> (2017), Nascimento; Bezerra e Calheiros (2022), Bregalda (2019), Orjuela e Osses (2021).	Formação, currículo e atividades pedagógicas influenciam habilidades e competências do terapeuta ocupacional no desempenho profissional.
		Ferioti (2007).	Formação curricular do terapeuta ocupacional voltada para a educação.
		Mozelli (2019).	Relato histórico da formação curricular do terapeuta ocupacional na América Latina.
		Pan (2021).	Formação curricular a partir de dados das políticas públicas no Brasil.

Fonte: Santos, Ribeiro (2025).

Considerando os dados apresentados na leitura, reconhecemos a diversidade de informações referente ao mesmo tema, fundamentando a metodologia escolhida como qualitativa na busca de documentos que subsidiam a investigação passamos a segunda etapa do estudo relacionada ao levantamento das universidades públicas que ofereçam cursos de graduação em Terapia Ocupacional no Brasil.

## 5 BUSCA NAS BASES DE DADOS DAS INSTITUIÇÕES

O estudo proposto não afere participantes na qualidade de pesquisa documental, para os lócus da pesquisa, primeiramente optou-se pelo Portal do Ministério da Educação – MEC, com foco nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional. Em seguida o acesso aos links institucionais das Universidades Públicas que ofereçam Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional no Brasil, de acordo com a tabela 1:

TABELA 1-LÓCUS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS QUE OFERECEM O CURSO BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL NO BRASIL,2024:

	<b>Instituição</b>	<b>Região</b>	<b>Município/Estado</b>
1	Universidade Federal do Pará(UFPA)	Norte	Belém - Pará
2	Universidade do Estado do Pará(UEPA)	Norte	Belém -Pará
3	Universidade Federal da Bahia(UFBA)	Nordeste	Salvador - Canela
4	Universidade Federal da Paraíba(UFPB)	Nordeste	João Pessoa - PB
5	Universidade Federal de Sergipe(UFS)	Nordeste	Lagarto - Sergipe
6	Universidade Estadual do Ceará(UECE)	Nordeste	Fortaleza - CE
7	Universidade de Pernambuco(UPE)	Nordeste	Pernambuco - PE
8	Universidade Federal de Pernambuco(UFPE)	Nordeste	Recife - PE
9	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas(UNICISAL)	Nordeste	Maceió -AL
10	Universidade de Brasília(UNB)	Centro-Oeste	Brasília - DF
11	Universidade de São Paulo(USP)	Sudeste	São Paulo - SP Ribeirão Preto - SP
12	Universidade Federal do Espírito Santo(UFES)	Sudeste	Vitória - ES
13	Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)	Sudeste	Belo Horizonte - MG
14	Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)	Sudeste	Rio de Janeiro - RJ
15	Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP)	Sudeste	Santos - SP
16	Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR)	Sudeste	São Carlos - SP
17	Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM)	Sudeste	Uberaba - MG
18	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(UNESP)	Sudeste	Marília - SP
19	Universidade Municipal de São Caetano do Sul(USCS)	Sudeste	São Caetano - SP
20	Instituto Federal de Educação(IFRJ)	Sudeste	Niteroi - RJ
21	Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna(ISEMI)	Sudeste	Itaperuna - RJ
22	Universidade Federal Fluminense(UFF)	Sudeste	Niteroi - RJ
23	Universidade Federal do Paraná(UFPR)	Sul	Curitiba - PR
24	Universidade Federal de Pelotas(UFPEL)	Sul	Pelotas - RS
25	Universidade Federal de Santa Maria(UFSM)	Sul	Santa Maria - RS

Fonte: Base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES), cadastro e-MEC (2024).

Destacamos as 25 instituições públicas com cursos de bacharelado em Terapia Ocupacional ativos apresentadas no site e-MEC, assim, passamos aos instrumentos de coleta de dados para composição da análise documental proposta.

Os dados documentais e registros relevantes a este estudo foram coletados em instituições de graduação públicas brasileiras por meio da base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior e e-MEC, pela consulta pública, conforme podemos verificar na tabela 2:

TABELA 2-LINK DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL

<b>Região Norte</b>		
1	Universidade Federal do Pará (UFPA)	<a href="https://ffto.ufpa.br/index.php/graduacao/terapiaocupacional/projeto-pedagogico-do-curso-de-terapia-ocupacional">https://ffto.ufpa.br/index.php/graduacao/terapiaocupacional/projeto-pedagogico-do-curso-de-terapia-ocupacional</a>
2	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	<a href="https://paginas.uepa.br/terapiaocupacional/index.php/projeto-politico-pedagogico/">https://paginas.uepa.br/terapiaocupacional/index.php/projeto-politico-pedagogico/</a>
<b>Região Nordeste</b>		
3	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	<a href="https://fmb.ufba.br/curso">https://fmb.ufba.br/curso</a>
4	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	<a href="http://www.ccs.ufpb.br/coordto">http://www.ccs.ufpb.br/coordto</a>
5	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	<a href="https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=614">https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=614</a>
6	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	<a href="https://www.uece.br/prograd/download/curso-de-terapia-ocupacional/">https://www.uece.br/prograd/download/curso-de-terapia-ocupacional/</a>
7	Universidade de Pernambuco (UPE)	<a href="https://www.upe.br/bacharelado-em-terapia-ocupacional.html">https://www.upe.br/bacharelado-em-terapia-ocupacional.html</a>
8	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	<a href="https://www.ufpe.br/terapia-ocupacional-bacharelado-ccs">https://www.ufpe.br/terapia-ocupacional-bacharelado-ccs</a>
9	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNICISAL)	<a href="https://novo.uncisal.edu.br/estudante/graduacao/terapia-ocupacional">https://novo.uncisal.edu.br/estudante/graduacao/terapia-ocupacional</a>
<b>Região Centro</b>		
10	Região Centro - Oeste - Universidade de Brasília (UNB)	<a href="https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&amp;id=414914">https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&amp;id=414914</a>
<b>Região Sudeste</b>		
11	Universidade de São Paulo (USP)	<a href="https://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/terapia-ocupacional/">https://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/terapia-ocupacional/</a> <a href="https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=5&amp;codcur=5072&amp;codhab=0&amp;tipo=N">https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=5&amp;codcur=5072&amp;codhab=0&amp;tipo=N</a> <a href="https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=17&amp;codcur=17200&amp;codhab=4&amp;tipo=N">https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=17&amp;codcur=17200&amp;codhab=4&amp;tipo=N</a>
12	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	<a href="https://terapiaocupacional.ufes.br/">https://terapiaocupacional.ufes.br/</a>
13	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	<a href="http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/graduacao/terapia_ocupacional_graduacao/">http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/graduacao/terapia_ocupacional_graduacao/</a>
14	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	<a href="https://graduacao.ufrj.br/index.php/enderecos-pr1/374-divisao-de-ensino/pareceres/643-terapia-ocupacional">https://graduacao.ufrj.br/index.php/enderecos-pr1/374-divisao-de-ensino/pareceres/643-terapia-ocupacional</a>
15	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	<a href="https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/784">https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/784</a>
16	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	<a href="https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/terapia-ocupacional">https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/terapia-ocupacional</a>
17	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	<a href="https://www.uftm.edu.br/terapiaocupacional">https://www.uftm.edu.br/terapiaocupacional</a>
18	Universidade Estadual Paulista Júlio de	<a href="https://www.marilia.unesp.br/#!/defito">https://www.marilia.unesp.br/#!/defito</a>

	Mesquita Filho (UNESP)	
19	Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	<a href="https://www.uscs.edu.br/cursos-de-graduacao/saude/terapia-ocupacional">https://www.uscs.edu.br/cursos-de-graduacao/saude/terapia-ocupacional</a>
20	Instituto Federal de Educação (IFRJ)	<a href="https://portal.ifrj.edu.br/cursos-graduacao/bacharelado-terapia-ocupacional">https://portal.ifrj.edu.br/cursos-graduacao/bacharelado-terapia-ocupacional</a>
21	Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI)	<a href="http://www.funita.edu.br/bacharelado/">http://www.funita.edu.br/bacharelado/</a>
22	Universidade Federal Fluminense (UFF)	<a href="https://www.uff.br/tag/terapia-ocupacional/">https://www.uff.br/tag/terapia-ocupacional/</a>
<b>Região Sul</b>		
23	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	<a href="https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/">https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/</a> <a href="https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/">https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/</a>
24	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	<a href="https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/7200">https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/7200</a>
25	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	<a href="https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/terapia-ocupacional">https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/terapia-ocupacional</a>

Fonte: Base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, cadastro e-MEC (2024). Último acesso em 25/11/2024.

Conforme previsto no mapeamento do estudo, após análise das 25 instituições que comportam o quadro acima legitimamente consideradas pelo MEC(2024) em seu site de pesquisa on-line, a seguir são elencadas as instituições selecionadas, a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

## 5.1 INSTITUIÇÕES SELECIONADAS: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

As instituições selecionadas atenderam critérios de inclusão como pré-indicadores a partir da relação temática, adolescente- socioeducação, atendimento socioeducativo em contextos educacionais e sociais, gratuidade no ensino público, curso em atividade presencial, facilidade no acesso público à documentação por meio digital correspondente à graduação em TO (currículo, PPC) entre outros dados correspondentes à instituição que foram pertinentes à coleta de informações, temporalidade, maior abordagem em contextos sociais, educação social e desenvolvimento humano, totalizando 10 instituições, conforme evidencia o quadro 4:

QUADRO 4 - INSTITUIÇÕES SELECIONADAS POR CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

<b>Região Norte</b>	1	Universidade Federal do Pará (UFPA)
<b>Região Sudeste</b>	2	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
	3	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNICISAL)
<b>Região Sudeste</b>	4	Universidade de São Paulo (USP)
	5	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
	6	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
	7	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
	8	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

<b>Região Sul</b>	9	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
	10	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Fonte: Santos, Ribeiro (2025).

Como critério de exclusão foram elencadas aquelas instituições que não apresentaram documentos para consulta pública ou qualquer relação com a formação do profissional na área de atenção ao adolescente e à socioeducação.

Dessa forma, no próximo quadro são apresentadas as instituições excluídas a partir das 25 totalizadas para este estudo, destas 15 instituições de ensino foram excluídas 2 por não atenderem critérios de gratuidade, 5 por não terem iniciado o curso de graduação, 6 por não apresentar temática curricular em políticas públicas voltadas a socioeducação ou educação para adolescentes e 4 por apresentarem dificuldades em identificar dados documentais ou documentação indisponível no site, necessária para a pesquisa, de acordo com quadro 5:

QUADRO 5 - INSTITUIÇÕES SELECIONADAS POR CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Instituição		Critério de exclusão
<b>Região Norte</b>		
1	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Temática não especificada
<b>Região Nordeste</b>		
2	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Documentação indisponível
3	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Não iniciado
4	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Documentação indisponível
5	Universidade de Pernambuco (UPE)	Documentação indisponível
6	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Temática não especificada
<b>Região Centro</b>		
7	Região Centro - Oeste - Universidade de Brasília (UNB)	Temática não especificada
<b>Região Sudeste</b>		
8	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Temática não especificada
9	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Documentação indisponível
10	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Não iniciado
11	Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	Não iniciado
12	Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna (ISEMI)	Não iniciado
13	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Não iniciado
14	Instituto Federal de Educação (IFRJ)	Temática não especificada
<b>Região Sul</b>		
15	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Temática não especificada

Fonte: Santos, Ribeiro (2025).

Além das instituições de ensino com graduação em Terapia Ocupacional pelo acesso portal e-MEC foram consultados sites de outras instituições como RENETO e COFFITO, conforme endereço eletrônico demonstrados no quadro 6:

QUADRO 6 - SITES DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
MEC-Ministério da Educação	<a href="https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples">https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples</a> <a href="http://portal.mec.gov.br/?params%5Bsearch_relevance%5D=terapia+ocupacional&amp;task=search&amp;option=com_content&amp;view=buscageral&amp;params%5Bsearch_method%5D=all&amp;params%5Bord%5D=pr&amp;Itemid=30188">http://portal.mec.gov.br/?params%5Bsearch_relevance%5D=terapia+ocupacional&amp;task=search&amp;option=com_content&amp;view=buscageral&amp;params%5Bsearch_method%5D=all&amp;params%5Bord%5D=pr&amp;Itemid=30188</a> <a href="http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao">http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao</a>
CNS-Conselho Nacional de Educação Terapia Ocupacional	<a href="#">Parecer CNE/CES nº 1.210/2001, aprovado em 12 de setembro de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.</a> <a href="#">Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.</a>
RENETO-Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional	<a href="http://reneto.org.br/wp-content/uploads/FormacaoTO/Rela%C3%A7%C3%A3o-dos-Cursos-de-Terapia-Ocupacional-E-MEC_2015.pdf">http://reneto.org.br/wp-content/uploads/FormacaoTO/Rela%C3%A7%C3%A3o-dos-Cursos-de-Terapia-Ocupacional-E-MEC_2015.pdf</a>
COFFITO-Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	<a href="https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=19">https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=19</a>

Fonte: Santos, Ribeiro, 2025.

Dessa forma, relacionados os endereços em consonância com o material elencado obteve-se a coleta de dados relacionados às normativas legais e estudos ligados à formação profissional.

Atingidas as metas de seleção das universidades públicas que oferecem os cursos de graduação Bacharelado em Terapia Ocupacional nas regiões brasileiras e verificados os instrumentos de coleta de dados documentais, por meio das bases de dados e endereços eletrônicos, passamos ao procedimento proposto para coleta de dados. Isso se deu pela análise dos instrumentos informados nos sites e links previamente realizados, por buscas na internet, selecionados a partir da disponibilidade dos materiais relacionados nos artigos e teses, instituições públicas, dados da graduação no curso com titulação Bacharel em Terapia Ocupacional, desenvolvimento humano e atendimento socioeducativo.

Após a viabilização de todas as etapas pressupostas neste estudo, foram compostos parâmetros de núcleos de significação embasados nos estudos dos autores Aguiar, Ozella (2006, 2013) e Aguiar, Soares, Machado (2015, 2021).

## 6 CARACTERIZAÇÃO TEMÁTICA E NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Por meio da metodologia de núcleos de significação dos autores Aguiar, Ozella (2006, 2013) e Aguiar, Soares, Machado (2015, 2021) para empreender o processo

crítico-dialético na análise documental e estudo da formação do curso de graduação em cada uma das instituições públicas estudadas, comportaram-se as etapas prescritas, considerando-os como parâmetros dos “sentidos”, entre o material coletado com as bases de dados e as instituições, apurou-se que as relações entre o conteúdo de pesquisa atribuído aos autores e a formação de Terapeutas Ocupacionais para a socioeducação demonstrados neste estudo estão em consonância com a realidade dos territórios e a ascensão da terapia ocupacional em atendimento a novos contextos de atuação.

A análise documental com embasamento em núcleos de significação foi realizada a partir da teoria de Aguiar, Ozella(2006,2013), como visão estratégica na análise e sistematização de dados qualitativos, primeiramente das bases de dados e posteriormente das universidades pesquisadas.

A caracterização temática, desenrolou-se com a organização dos dados coletados e interpretação e análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e documentos de apoio (planos de ensino e resoluções) das 25 instituições pesquisadas com cursos ativos de terapia ocupacional em universidades públicas no Brasil, seguindo procedimentos éticos para pesquisa. Consistiu no perfil do aluno egresso do curso de graduação em Terapia Ocupacional, destacando a análise das competências e as habilidades presentes no perfil profissional proposto pela instituição, o processo formativo averiguando metodologias de ensino utilizadas, a justificativa de existência do curso e a atualização da reforma curricular, o histórico do curso considerando discussões relativas à organização e planejamento curricular, análise de disciplinas específicas e relacionadas à temática e a avaliação dos estágios correspondentes às áreas estudadas e a verificação dos sítios eletrônicos para busca de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

A partir da categorização foi possível realizar a sistematização desses indicadores e criar Núcleos de Significação com a composição de pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, conforme tabela 3:

TABELA 3- NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PESQUISADAS

UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	
REGIÃO NORTE	
1-Universidade Federal do Pará(UFPA) - <a href="https://ffto.ufpa.br/index.php/graduacao/terapiaocupacional/projeto-pedagogico-do-curso-de-terapia-ocupacional">https://ffto.ufpa.br/index.php/graduacao/terapiaocupacional/projeto-pedagogico-do-curso-de-terapia-ocupacional</a> .	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 2010</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2023</li> <li>● Atualização da Grade Curricular: 2023</li> </ul>

Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares.</li> <li>● Perfil do egresso/aluno: aptos a avaliar o funcionamento físico, psicológico e social; identificar disfuncionalidade para promoção de habilidades, independência e integração social.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente, corresponde ao Eixo II – Cidadania e desenvolvimento Humanos-psicossociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos, ética. Políticas sociais. Módulo 1 – desenvolvimento humano desde a concepção e formação, sujeito, cultura, sociedade, corpo e saúde, filosóficos, sociológicos e biológicos. Módulo 3 - Fundamentos em Terapia Ocupacional I- Cidadania e Desenvolvimento Humano- Ciências humanas e sociais. Concepções de sujeito e sociedade. Educação formal e informal relacionadas à educação popular em saúde. Módulo 9, ética em saúde, considerações psicossociais e econômicas no processo saúde doença, saúde coletiva e políticas setoriais, Sistema Único de e o conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência Social.</li> </ul>
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	
<b>2- Universidade Federal da Bahia(UFBA)- <a href="https://fmb.ufba.br/curso">https://fmb.ufba.br/curso</a></b>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 2021</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2023(revisado 2024)</li> <li>● Atualização Grade Curricular: Res. nº01/2023</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares. Promoção, proteção, recuperação, reabilitação, palição, acessibilidade e inclusão. Em políticas públicas como o Sistema Único de Saúde -SUS, entre outros sistemas e programas de saúde, educação e social, públicos e privados.</li> <li>● Perfil do egresso/ aluno: Voltado para o desenvolvimento social, de saúde e educação na dimensão ocupacional do ser humano, generalista, humanista, crítico e reflexivo, pautado em princípios éticos.</li> <li>● Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente: integrado ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em equipes que atuam no sistema prisional e em programas socioeducativos para crianças e adolescentes em privação de liberdade, entre outros programas da Política Nacional de Assistência Social. Atua, também, cada vez mais, nos processos de reabilitação e inclusão na rede de ensino regular (infantil, fundamental, médio, superior) público e privado.p.20 - Grade curricular a partir do 3º semestre TO Social, 5º semestre Atenção à Criança e ao Adolescente.</li> </ul>
<b>3-Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas(UNICISAL) - <a href="https://novo.uncisal.edu.br/estudante/graduacao/terapia-ocupacional">https://novo.uncisal.edu.br/estudante/graduacao/terapia-ocupacional</a></b>	

Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 1997 (Brasil,2023)</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2024</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2024</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Indicadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: formação crítica e generalista, considerando políticas e serviços públicos de saúde (SUS), educação e assistência social (SUAS). Enfoque na saúde, mas preparado também para atuar nos campos da educação e social, atuação no campo das políticas públicas e sociais, direitos sociais e no exercício da cidadania os eixos articuladores da sua prática nos diferentes contextos e áreas de atuação,</li> <li>● Perfil do egresso/aluno: apto a problematizar, realizar a reflexão crítica na prática profissional, em relação a realidade e suas contradições, tanto no atendimento individual como coletivo, implicado e com comprometimento ético-político para a transformação de indivíduos, grupos e comunidades.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente: demandas educacionais, nas situações de vulnerabilidade, risco social e de violação de direitos,3º/4º ano, Terapia Ocupacional Social, Políticas Públicas e Sujeitos, Terapia Ocupacional e Assistência Social, Terapia Ocupacional Crítica e Direitos Humanos.</li> </ul>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	
<b>4- Universidade de São Paulo(USP)-<a href="https://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/terapia-ocupacional/https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=5&amp;codcur=5072&amp;codhab=0&amp;tipo=N">https://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/terapia-ocupacional/https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=5&amp;codcur=5072&amp;codhab=0&amp;tipo=N</a><a href="https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=17&amp;codcur=17200&amp;codhab=4&amp;tipo=N">https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=17&amp;codcur=17200&amp;codhab=4&amp;tipo=N</a></b>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional – FMUSP -1958, Ribeirão Preto-2002 (Brasil, 2023)</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2022</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2024-2025</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: desenvolver ações na atenção, gestão e educação nas diferentes políticas públicas, compreender a ocupação humana no contexto das relações sociais, compreendendo papéis ocupacionais fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, realizar análise compreensiva da realidade, vulnerabilidade e das relações sociais, reorganização/ressignificação do projeto de vida das pessoas e grupos atendidos, relacionar e reconhecer direitos humanos e diferentes contextos de violação, elaborar estratégias de enfrentamento e recuperação dos direitos nas diversas populações-alvo da atuação da terapia ocupacional, reconhecer diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização das populações correlacionando às realidades locais, regionais e nacionais no que diz respeito ao perfil de morbimortalidade e as prioridades assistenciais.</li> <li>● Perfil do egresso/ aluno: Generalista, humanista, crítico e reflexivo; capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, educação e campo social, compromisso com a cidadania e direitos humanos.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento</li> </ul>

	<p>socioeducativo/criança e adolescente: direitos humanos e da justiça ocupacional, Campo Social Terapia Ocupacional Social-práticas supervisionadas da Criança e do Adolescente, grupos sociais e étnicos, 3º. semestre, conceitos e implicações metodológicas, 4º.semestre, aplicada às condições da criança e do adolescente, Instituições, processos de desfiliação e inclusão social, 4º. semestre, Grupos Redes e Coletivos: Teorias e Técnicas,6º. semestre, Estágio Profissional em Terapia Ocupacional na Atenção à Criança e ao Adolescente.</p>
<p><b>5- Universidade Federal do Espírito Santo(UFES)-<a href="https://terapiaocupacional.ufes.br/">https://terapiaocupacional.ufes.br/</a>.</b></p>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 2009</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2014</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2015</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: gerenciar e/ou incluir em processos participativos de organização públicas e/ou privadas; pautar-se na ética e na solidariedade como ser humano, cidadão e profissional; buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente</li> <li>● Perfil do egresso/ aluno: generalista, compreender a diversidade dos modos de vidas em seus espaços; ou seja, como, grupos, famílias, comunidades e indivíduos organizam, reorganizam, enfrentam e constroem seus cotidianos e criar formas que complementam, facilitam, respondam, equacionem e dimensionem novas alternativas para estes territórios, nas questões de saúde, assistência, cultura, educação, trabalho, lazer, outros.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente: História e Políticas em Contextos Sociais, Adolescência e juventude, processos de inclusão/exclusão social e políticas públicas sociais, 5ºperíodo, Cultura, Educação e Trabalho na Adolescência/Juventude, 6º e 7ºperíodos.</li> </ul>
<p><b>6- Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP)- <a href="https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/784">https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/784</a>.</b></p>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 2007.</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2023.</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2021.</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: Desenvolvimento de habilidades para intervir em campos da saúde, educação, assistência social, justiça, trabalho e meio ambiente, respectivamente em atendimentos individuais e grupos para emancipação e autonomia do cidadão, exercício da interdisciplinaridade e integração, conhecimento em ciências correspondentes e aptidão para pesquisa dentro de parâmetros éticos e fundamentos da terapia ocupacional.</li> <li>● Perfil do aluno: postura crítica, reflexiva e ativa na construção do saber,</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente entre o 5º e 6º</li> </ul>

	<p>períodos ou termos: Educação, Cultura e Assistência Social em interface com o campo dos Direitos Humanos, eixos que correspondem ao “Ser Humano e sua Inserção Social”, educação, trabalho, condições de vida, subjetividade, relações sociais. Compreendendo das relações sociais, das culturas e das políticas e módulos que correspondem a “Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença”, abordagem transdisciplinar e transversal com educação, meio ambiente e cultura.</p>
<p><b>7- Universidade Federal de São Carlos(UFSCAR)-<a href="https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/terapia-ocupacional">https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/terapia-ocupacional</a>.</b></p>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 1978</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2015-2016</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2016</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perfil do aluno egresso do curso de graduação em Terapia Ocupacional: aproximar a educação e prática profissional, competências a serem adquiridas promoção de mudanças na prática médica, apoio social e em outras áreas que possam promover o trabalho em equipe e cuidado com a população.</li> <li>● Áreas de competência: cuidado Integral ao Indivíduo; Grupos, Coletivo; pesquisa. Prioridade a aquisição nas áreas de competência.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescentes, Terapia Ocupacional social: trabalho no campo social, ênfase no reconhecimento e a discussão de necessidades de sujeitos, individuais, coletivos, grupos populacionais, considerando a sua cultura e história,</li> <li>● Adolescências e Juventudes: Puberdade, aspectos físicos, psicológicos e sociais, adolescência e a juventude sob a ótica da psicologia, abordagens socioculturais, cuidado, educação, circulação e controle, Protagonismo e responsabilização de adolescentes e jovens, Políticas públicas de juventude. 6. Articulação desses conceitos em produções de Terapia Ocupacional.</li> </ul>
<p><b>8- Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM)- <a href="https://www.uftm.edu.br/terapiaocupaciona">https://www.uftm.edu.br/terapiaocupaciona</a>.</b></p>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional: 2006(Brasil, 2023)</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso: 2020-2024</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2020</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: exercício profissional, atendendo às necessidades locais, regionais, nacionais e internacionais, em um contexto plural e de diversidade, aptos a desenvolver ações nos âmbitos da saúde, da educação e sociocultural, realizar análises do desempenho ocupacional, também no processo ensino-aprendizagem. Deve atuar de forma ética, humana, crítica e reflexiva, considerando o rigor científico e os fundamentos históricos, filosóficos e teórico-metodológicos da profissão.</li> <li>● Perfil do egresso/aluno: generalista, humanista, crítico e reflexivo, capaz de atuar nas áreas de saúde, educação</li> </ul>

	<p>e campo social, por meio de intervenções individuais, grupais e ações coletivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente: Políticas de Assistência Social, Cultura e Educação Atividade, Ocupação e Desenvolvimento Humano: Infância e Adolescência no 3º período, Cultura, Território e Contextos Sociais Diversidade, Direitos Humanos e Justiça Social, Ocupação e Recursos Terapêuticos: Educação no 4º período.</li> </ul>
<b>REGIÃO SUL</b>	
<b>9- Universidade Federal do Paraná(UFPR)- <a href="https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/">https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/</a>.</b>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional:2000.</li> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso:2024.</li> <li>● Atualização Grade Curricular: 2024</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: generalista, crítico e reflexivo, com conhecimento técnico-científico, postura ética e política, habilitado para o exercício profissional em diferentes campos e cenários de prática, de acordo com padrões de excelência na assistência, gestão, ensino, pesquisa, assessoria e consultoria; apto para trabalhar em equipes e em redes, com conhecimento dos indicadores sociais e de saúde, e domínio das políticas públicas, frente às demandas loco regionais, nacionais e internacionais.- Perfil do aluno/egresso do curso de graduação em Terapia Ocupacional: profissional apto a conhecer o conceito de trabalho humano de forma geral, crítica, reflexiva, teórica e prática”, atendimento a diversidade de indivíduos e grupos qualificação para gestão, treinamento, pesquisa, consultoria, trabalho em equipe e em rede, conhecimento de indicadores sociais e de saúde, gestão de políticas públicas</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescentes:3º e 4º Semestres-Desenvolvimento de habilidades de observação sistematizada. Conhecimento das políticas públicas, Sistema Único de Assistência Social, Educação, Justiça, Trabalho, Cultura Direitos Humanos-DUDH, educação e cultura; Estatutos de garantia de direitos a grupos específicos: crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, com transtornos mentais, populações vulneráveis e em situação de desfiliação; Condições sociais brasileiras e processos de inclusão/exclusão social; Inclusão escolar, cultural e laboral. Justiça Social e Ocupacional; Diversidade humana, atividades, cultura e contextos de vida; Territorialização em saúde e na assistência social; Desenvolvimento sociocultural e socioambiental. Desenvolvimento socioeconômico e Economia Solidária; Participação social e Tecnologias Sociais, Organizações, movimentos sociais e controle social.</li> </ul>
<b>10- Universidade Federal de Pelotas(UFPEL)- <a href="https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/7200">https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/7200</a>.</b>	
Pré-Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação do curso de graduação Terapia Ocupacional:2010</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atualização Projeto Pedagógico do Curso:2020</li> <li>● Atualização Grade Curricular:2020</li> </ul>
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Competências e habilidades específicas relacionadas com os componentes curriculares: Ética das relações, consciência das próprias potencialidades e limitações, atuação em diferentes contextos, sensibilidade, compreensão crítica, atuação interprofissional e na implementação das políticas sociais da infância e adolescência, educação, intersetoriais; realizar a mediação e coordenação de processos grupais.- Perfil do egresso/aluno: Conhecimento e capacidade de intervenção terapêutica ocupacional, compreendendo as exigências, atribuições e saberes específicos dos campos: saúde, educação, social e cultural. Atitude ativa e de participação com desenvolvimento de posturas colaborativas; investigativa e predisposição para o estudo; senso crítico-reflexivo e cidadania.</li> <li>● Grade da Matriz Curricular voltada para o atendimento socioeducativo/criança e adolescente: 3º semestre, Adolescência e Juventude TO - 7º semestre, TO - educação e TO - social.</li> </ul>
<b>NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perfil do aluno egresso do curso de graduação em Terapia Ocupacional-análise das competências e as habilidades presentes no perfil profissional proposto pelas instituições correspondem aos valores éticos, conhecimento e atuação em diferentes contextos de forma inter e multidisciplinar;</li> <li>● Processo formativo-o levantamento das metodologias de ensino utilizadas de acordo com a grade matriz curricular ofertada nas instituições selecionadas correspondem ao desenvolvimento do adolescente em diferentes contextos sociais e educacionais, com enfoque em políticas públicas e direitos humanos; Justificativa-existência do curso e reforma curricular, as instituições selecionadas atendem ao território e a amplitude das expectativas de atendimento da Terapia Ocupacional em políticas públicas, não só em saúde, mas também social, necessitando da reforma curricular.</li> <li>● Histórico do curso-As discussões relativas à organização e planejamento curricular, análise de disciplinas específicas e relacionadas a temática, avaliação dos estágios correspondentes às áreas estudadas, correspondem ao atendimento territorial.</li> <li>● Verificação dos sítios eletrônicos para busca de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), todas as instituições selecionadas atenderam com a facilidade em localizar os respectivos documentos pertinentes a esse levantamento documental.</li> </ul>	

Fonte: Santos; Ribeiro (2025).

Conforme demonstrado, ainda que as instituições não apresentem especificamente o contexto socioeducativo e alguns autores não tivessem a formação específica em seus currículos de graduação, a temática é pertinente, considerando a pesquisa e sua expectativa enquanto disciplinas curriculares na formação do futuro profissional da socioeducação.

Dessa forma, podemos compreender melhor o desenvolvimento curricular como construção da identidade da TO de acordo com a teoria de currículo investigado por Tomaz Tadeu Silva (2010):

Com as teorias críticas aprendemos que o currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista.

O currículo reproduz culturalmente as estruturas sociais (Silva, 2010, p.147).

Os aspectos levantados neste estudo suscitaram diferentes sentidos nesse contexto, tornando-se núcleos de significação para os estudos relacionados à socioeducação, educação e contextos sociais relativos aos direitos humanos na formação do terapeuta ocupacional. Nessa perspectiva seguimos com o cruzamento dos dados.

Utilizando a metodologia de núcleos de significação dos autores Aguiar, Ozella (2006,2013) e Aguiar, Soares, Machado (2015, 2021) para empreender o processo crítico-dialético na análise documental e estudo da formação do curso de graduação em cada uma das instituições públicas estudadas, comportaram-se as etapas prescritas, considerando-os como parâmetros dos “sentidos”, entre o material coletado com as bases de dados e as instituições, apurou-se que as relações entre o conteúdo de pesquisa atribuído aos autores e a formação de Terapeutas Ocupacionais para a socioeducação demonstrados neste estudo estão em consonância com a realidade dos territórios e a ascensão da terapia ocupacional em atendimento a novos contextos de atuação.

De acordo com a análise dos artigos e teses e dissertações publicadas a partir da síntese descritiva, elencamos os principais tópicos e pudemos observar a temática educação, socioeducação, adolescente em privação de liberdade e terapia ocupacional, correspondendo aos dados informados nas 10 instituições selecionadas como parte integrante e fundamental na formação profissional correspondentes aos direitos humanos, políticas sociais e educação de adolescentes, sendo que as 15 universidades excluídas conforme a tabela que seguem os critérios não apresentaram a documentação ou temática necessária para análise.

Ainda que algumas instituições não apresentem especificamente o contexto socioeducativo (quadro 5) e alguns autores não tivessem a formação específica em seus currículos, a temática é pertinente entre a pesquisa e a atuação do profissional, conforme observamos nos artigos, teses e dissertações elencadas para este estudo. Constatam-se que na sua maioria as publicações demonstram maior interesse e preocupações com o indivíduo foco do atendimento, o adolescente autor de ato infracional em conflito com a lei(quadro 3), e em raras vezes com o profissional que o atende considerando seu preparo, formação, competências e habilidades para atuação na socioeducação como

exemplos na construção deste estudo: Furtoso, Picanço, Morais (2013), Pan (2014), Bianchi (2016), Onório *et al* (2017), Nascimento; Bezerra e Calheiros (2022), Bregalda (2019), Orjuela e Osses (2021), Feriotti (2007), Mozelli (2019) e Pan (2021).

Alguns exemplos são ilustrados nos quadros e tabelas apresentados neste estudo, como a importância na constante revisão curricular demonstrado por Bregalda (USP, 2019), a atenção no aprimoramento profissional e a atenção no processo educativo escolar em contexto socioeducativo, como Batista (2020) e Conceição (2017) expõe a necessidade de aprofundamento e as relações da teoria e prática, Pan (2019, UFSCAR).

Desta forma, verifica-se a efetividade nas comparações considerando os núcleos de significação nos estudos relacionados à socioeducação, educação e contextos sociais relativos aos direitos humanos na formação do terapeuta ocupacional com ênfase no currículo e nas habilidades desenvolvidas na graduação.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em respostas às perguntas que nortearam este estudo : A formação na graduação de futuros profissionais de Terapia Ocupacional em contextos sociais aborda conhecimentos que envolvem a atuação socioeducativa?, encontramos evidências entre as publicações e currículos de graduação que nos fizeram crer que este quesito depende do lócus da universidade e de interesses na atualização dos projetos pedagógicos destas em estimular o discente a alcançar o conhecimento relacionado aos aspectos pedagógicos da medida socioeducativa, além dos sociais.

A segunda questão formulada: Quanto à formação do terapeuta ocupacional para o contexto socioeducativo, existe um movimento dialético entre teoria e prática que considere o processo de compreensão desta realidade? , diz respeito ao levantamento realizado com as publicações considerando o tipo de documento publicado entre teses e dissertações defendidas. Verificamos que, em campo, existem ainda “algumas lacunas” conforme citado por autores na introdução deste estudo, a falta de conciliação técnica pedagógica para a atuação do terapeuta ocupacional e sem dúvida a construção de fazeres que ainda precisam do diálogo entre a graduação e a prática institucional em centros de socioeducação.

Para tanto, os estudos partem da análise documental frente a dialética demonstrada com a construção dos núcleos de significação suscitando desbravar, discutir e aprofundar a temática no campo da Terapia Ocupacional.

A reflexão deste estudo perpassa as competências e habilidades gerais do terapeuta ocupacional em torno de sua formação acadêmica e profissional, quando analisados os autores selecionados na educação e atuação social contemporâneos.

A importância do atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e a promoção de direitos, conferem uma abordagem da Terapia Ocupacional nos contextos de desenvolvimento humano que são peculiares ao adolescente: família; escola; comunidade; atenção às questões biológicas e psicossociais entre outros aspectos e anseios inerentes dessa população e para a qualificação das ações pertinentes à prática da socioeducação, apresentando uma política pública em forma de lei e regimentos específicos. Diferentemente de outros contextos sociais apresentados, esse aspecto torna o presente estudo original em sua essência.

O terapeuta ocupacional como profissional que deseja atuar na garantia dos direitos do adolescente em conflito com a lei deverá ter conhecimentos legais e não somente relativos ao desenvolvimento, entre outras especificidades do adolescente, conduta para intervenções, além da ética deontológica, valores quanto a inserção social, respeito à educação, cidadania, direitos humanos, proteção e igualdade. Nesse sentido, é de extrema importância social, para o professor formador em terapia ocupacional, estudantes e profissionais, o acesso ao conhecimento contextualizado, com foco na qualidade do atendimento, independente da modalidade de cumprimento de medida socioeducativa aplicada, aberta ou fechada, conduzidas em progressões ou sanções de acordo com a legislação. Questões que, em sua totalidade, relacionam-se diretamente com o território e comunidade, repercutindo em encaminhamentos dos adolescentes quando egressos do sistema socioeducativo, assim como no atendimento em rede, reinserção familiar, e na escola, principalmente na aquisição de valores e princípios éticos, cidadania, amor, igualdade, liberdade e sobretudo, justiça e justiça ocupacional. Cabem às instituições selecionadas e outras que assim surgirem na oferta do curso atuar efetivamente na elaboração de propostas que auxiliem na condução de projetos internos e externos transversalmente a outras políticas públicas, considerando meios de promoção e completude necessárias a oportunizar de forma personalizada ao adolescente sua reinserção na comunidade evitando a reincidência no cometimento de atos infracionais.

Com respeito às contribuições na formação em Terapia Ocupacional no atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, são realizadas pelas instituições de ensino e pesquisa, entidades, conselhos e demais órgãos reguladores com interesse na formação e identidade desse profissional no âmbito de sua atuação para contribuir com a temática deste estudo junto a construção de currículos da graduação e no incentivo em eventos, seminários, simpósios, cursos de extensão e principalmente em publicações científicas.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222–245, jun. 2006. DOI: 10.1590/S1414-98932006000200006

AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013. DOI: 10.1590/198053147305.

AGUIAR, W. M. J. de; SOARES, J. R.; MACHADO, V. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 56–75, jan. 2015. DOI: 10.1590/198053142818.

AGUIAR, W. M. J. de; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R. Núcleos de Significação: Análise Dialética das Significações Produzidas em Grupo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p.1-9, 2021. DOI: 10.1590/198053147305.

ALVES, G.; KUNZ, A. S.; CORREA, S. S. Ética e Direitos Humanos: Propostas para inibir práticas violadoras na socioeducação. **Revista Educação - UNG-Ser**, Vol.15 (2), p. 76, 2020.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 71-6, 1999. DOI:[10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103](https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103).

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E.: Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, 13(3), 95-103, 2002. DOI: [10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103](https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103)

BATISTA, V. V. O direito à educação enquanto garantia de emancipação humana para adolescentes e jovens privados de liberdade. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 407-425, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66970.

BEZERRA, W. C. **A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil**. 2011, fls.163 (Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). – Universidade Federal de Alagoas, Serviço Social. UFAL, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/802>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BIANCHI, P. C. **Terapia ocupacional e a questão social: retratos da formação graduada a partir de um recorte latino-americano**. 2016. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7531>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BORBA, P. L. O.; PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Ato infracional, escola e papéis profissionais: tramas complexas em relações frágeis. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 32, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8666766>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BOTELHO, L. R. CUNHA, C. C. de A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 11. p. 121-136,

mai./ago. 2011. ISSN 1980-5756. Disponível em: [www.ges.face.ufmg.br](http://www.ges.face.ufmg.br). Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12\\_594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12_594.htm). Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de educação Superior. **Cadastro e-MEC**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal MEC**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/?params%5Bsearch\\_relevance%5D=terapia+ocupacional&task=search&option=com\\_content&view=buscageral&params%5Bsearch\\_method%5D=all&params%5Bord%5D=pr&Itemid=30188](http://portal.mec.gov.br/?params%5Bsearch_relevance%5D=terapia+ocupacional&task=search&option=com_content&view=buscageral&params%5Bsearch_method%5D=all&params%5Bord%5D=pr&Itemid=30188). Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-Vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **PARECER CNE/CES 1.210/2001 - HOMOLOGADO**. Despacho do Ministro em 7/12/2001, publicado no Diário Oficial da União de 10/12/2001, Seção 1, p. 22.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 938 de 13 de outubro de 1969**. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília; 1969 out. 13. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0938.htm). Acesso em: 08 jul. 2022.

BRASIL. **Plataforma Sucupira**, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>

BRASIL. RESOLUÇÕES CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, COFFITO. **RES. Nº 383, de 22 de dezembro de 2010** - (DOU nº. 225, Seção 1, em 25/11/2010), página 80 - Define as competências do Terapeuta Ocupacional

nos Contextos Sociais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=19](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=19). Acesso em: 30 mai. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Terapia Ocupacional. CNE. **Resolução CNE/CES 6/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS, Nº 650, de 04 de dezembro de 2020** - Dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação Bacharelado em Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/resolucoes-2020/1502-resolucao-n-650-de-04-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS, Nº 287, de 08 de outubro de 1998** - Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS: assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas; fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/1998/resolucao-no-287.pdf/view>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BREGALDA, M. M. **Formação graduada em terapia ocupacional e desenvolvimento de competências relacionais: estudo dos currículos dos cursos públicos no Brasil**. 2019. Tese de Doutorado em Ciências da Reabilitação - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.5.2019.tde-18112019-090832.

BREGALDA, M. M.; MÂNGIA, E. F. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional: especificidade e competências profissionais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 31(1-3), p. 78-85, 2020. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v31i1-3p78-85

CAVALCANTI, A., GALVÃO, C. (Org.). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CARLETO, D. G. S.; ALVES, H. C.; GONTIJO, D. T. Promoção de Saúde, Desempenho Ocupacional e Vulnerabilidade Social: subsídios para a intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 89-97, jan./abr. 2010.

CELLARD, A. A. Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONCEIÇÃO, W.L. **Histórias de vidas que se unem: a professora, o professor e os [elos com os] jovens infratores**. 2017, 136 p. (Tese de Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt>

.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/467. Acesso em: 08 abr. 2024

CONCEIÇÃO, W.L; TEIXEIRA, J.D.; CAMPOS, G.R. Socioeducação: Desafios e Brechas à Justiça Social. **Revista Olhares**. UNESP, São Paulo, vol.08, n. 02, 2020. Disponível em: <https://sumários.org/artigo/socioeducacao-desafios-e-brechas-à-justiça-social>. Acesso em: 26 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO. **Resoluções Terapia Ocupacional**. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=19](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=19). Acesso em: 30 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TERAPIA OCUPACIONAL – CNS - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. **Parecer CNE/CES nº 1.210/2001**, de 12 de setembro de 2001. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECESN12102001.pdf?query=Amap%C3%A1](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN12102001.pdf?query=Amap%C3%A1). Acesso em: 10 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO TERAPIA OCUPACIONAL - CNS. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. **Resolução CNE/CES nº 6**, de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA, E.F.; *et al.* Ciência ocupacional e terapia ocupacional: algumas reflexões. **Revista interinstitucional brasileira de terapia ocupacional**. Rio de Janeiro, v.1(5): 650-663, 2017. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto9687.

CUNHA, K. R. M. G.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Adolescências e judicialização da conduta juvenil. **Barbarói**, v. 2, n. 50, p. 107 - 130, 5 jul. 2017. DOI: 10.17058/barbaroi.v0i0.11143.

DUARTE, M. L. M. C. **Terapia ocupacional e a questão social no Brasil: uma análise de suas publicações**. 2016. (Dissertação de Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8037>. Acesso em: 01 nov. 2023.

EYNG, A. M.; RAMOS, A. Narrativas de educadores da socioeducação: representações sociais sobre adolescência na tessitura do trabalho socioeducativo. **Revista diálogo educacional**, v. 20 (66), p.1162-1184, 2020.

FARIA, C. B. **Há saídas? As saídas. Pelos caminhos dos cotidianos das vidas de adolescentes após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado**. 2017. (Dissertação de Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9329>. Acesso em: 01 nov. 2023.

FERIOTTI, M. L. **Universidade, formação de professores e movimentos sociais: a colcha de retalhos como metáfora das relações interdisciplinares e transdisciplinares**. 2019. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação

em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. CCHSA (Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15315> . Acesso em: 01 nov. 2023

FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G. Percepções de Jovens em Conflito com a Lei Privados de Liberdade: **Educação e Socialização Educação**, temática digital, 2019, Vol.21 (1), p.126-144. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-25922019000100126](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922019000100126). Acesso em: 08 abr. 2024

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FLORENCIO, R. D.; BAZZO, J. L. S. Por uma educação libertadora e uma didática fundamental com pessoas em privação de liberdade. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 6(1), 137–154. 2021. DOI: 10.29378.V6.n1.10545

FURTOSO, G.; PICANÇO, D.C.L.; GODOY, V. E. Análise do Discurso sobre Socioeducação e seus Domínios Simbólicos: Uma Relação entre Sociedade, Decolonialidade e Ideologia e Inconsciente. **Educação Em Foco**, v. 26(48). DOI: eef.v26i48.5728.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**: saberes necessários à prática educativa. 11ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES D.; TEIXEIRA L.; RIBEIRO J. Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: **Domínio e Processo**. 4ª ed., Politécnico de Leiria, 2021. Versão Portuguesa de *Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition* (AOTA - 2020).

GONÇALVES, M.C.S.; TAKEITI, B. Terapia ocupacional e cultura: atravessamento, recurso ou campo de atuação? (*Occupational Therapy and culture: crossing, resource or practice field?*). **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - Revisbrato**. v. 1(5),p. 538-555, 2017. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto10078

GURALH, S. A. A Socioeducação na Dinâmica de Afirmação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Emancipação**, Ponta Grossa-PR, v.10 (1), p. 351-359, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.351359/969> Acesso em: 22 abr. 2024.

GURSKI, R. Educa-me ou te mato! **Revista Estilos da Clínica**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, abr. 2019. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282019000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2023.

HERNÁNDEZ S.R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. Parte III - O processo da Pesquisa Qualitativa. Início do processo qualitativo: formulação do problema, revisão de literatura, surgimento das hipóteses e imersão no campo. In: HERNÁNDEZ S., R. COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa** (recurso eletrônico); tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio, 5ª ed., Porto Alegre: Penso, 2013. Cap. 12, p. 374 - 396.

KOBI, E. C.; MACHADO, M. V. C.; MONZELI, G. A. Terapia ocupacional e medidas socioeducativas: uma revisão de literatura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. v. 28(3), p. 983-998, 2020. DOI: 10.4322/2526-8910.ctoAR2016.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; HOHENDORFF, Jean Von. (org.) **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. O percurso: problema-pergunta-hipótese. In: LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Cap. 5 (p. 103-127).

LIMA, J. Á. de. Ética na Investigação. In: LIMA, J. Á.; PACHECO, J. A. **Fazer investigação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2006. Cap. 6 (p. 127-159).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. DOI: 10.1590/S0101-73302006000100003.

MARASCHIN, C.; RANIERE, É. Socioeducação e Identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para Pensar o SINASE. **Revista Katálysis**, v.14 (1), p. 95-103, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618775011.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024

MARIOTTI, M.C; *et al.* Perfil profissional e sociodemográfico dos terapeutas ocupacionais do Estado do Paraná, Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 313-321, 2017.

MARIOTTI, M. C. **Atividades expressivas, criativas e artísticas: prática clínica, ensino-aprendizagem e pesquisa em terapia ocupacional**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2020. ISBN 978-85-5696-800-5. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/800terapia>>. Acesso em 25 abr. 2024.

MASSA, G.A.A; BILLACHI, C.; SANTOS, L.E.; ZILIOOTTO, O.P.F.; AMBROZIO, S.K.; MATHEUS, S.L.; MARTINS, R.L.; JULIANI, N.E.M. "Círculos de cuidado": um relato de experiência de práticas restaurativas em tempos de COVID-19 (Capítulo 5). In PARANÁ. **Socioeducação do Paraná na pandemia** [livro eletrônico]: desafios e legados / organização Marcio Bernardes de Carvalho [et al.]. 1ª ed., Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021. ISBN 978-65-00-23443-5.

MEDEIROS, M. H. R. M. **Terapia Ocupacional**: um enfoque epistemológico e social. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

MIRANDA, K. A. S. N.; ONOFRE, E. M. C. Jovens em situação de privação de liberdade no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 6, n. 2, 2019. DOI: 10.14393/REPOD.ISSN.2238-8346.v6n2a2017-03.

MELLA, L. L.; LIMBERGER, J; ANDRETTA, I. Políticas Públicas e Adolescentes em Conflito com a Lei: revisão sistemática da literatura nacional. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 88 –99, mai./ago. 2015.

MORAIS, A. C. **Terapia ocupacional e medidas socioeducativas em meio aberto: percepções e práticas**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6870>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MORAIS, N. A. Como escrever um resumo. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica** [recurso eletrônico]. p 91-97, Porto Alegre: Penso, 2014.

MORAIS, A. C.; MALFITANO, A. P. S. O. Terapeuta Ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, 2016, v. 24(3), p. 531-542. ISSN 0104-4931.DOI: 10.4322.

MONZELI, G.A. **Histórias da terapia ocupacional na América Latina: processos de criação dos primeiros programas de formação profissional**. (Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11943>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NASCIMENTO, A. C. B.; BEZERRA, W. C.; CALHEIROS, D. S. Currículos de terapia ocupacional em universidades públicas do Nordeste: **e-Curriculum** [online]. 2022, vol.20, n.1, pp.415-443. (ePub) Acesso em: 06 mai. 2022. ISSN 1809-3876. DOI: 10.23925.

OLIVEIRA, C. B. E.; OLIVA, O. B.; ARRAES, J; GALLI, C. Y; AMORIM, G; SOUZA, L. A. Socioeducação: Origem, Significado e implicações para o Atendimento Socioeducativo. **Psicologia em estudo**, 2016, v. 20 (4), p. 575-585. DOI: 10.4025/psicolestud.v20i4.28456

OLIVEIRA, R. H. D.; MALFITANO, A. P. S. Terapia ocupacional e adolescentes autores de ato infracional: mapeamento de produções / *Occupational therapy and adolescent offenders: mapping of productions*. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2021, v. 29,e2931, p.1-18.

OLIVEIRA, R. H. D. **Terapeutas ocupacionais e o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE): a prática profissional nas medidas privativas de liberdade**. 2022(Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17386>. Acesso em: 17 out. 2023.

OLIVEIRA, T. A.; MARTINS, D. T.; PEIXOTO, R. B (org.). Práticas de socioeducação. **Cadernos de Socioeducação**, v.3, 2ª ed., Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010a. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-de-Socioeducacao- IASP>. Acesso em: 08 dez. 2023.

OLIVEIRA, T.A, (org.). Gestão de centro de socioeducação. **Cadernos de socioeducação**, v.5, 2ª ed., Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010b. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-de-Socioeducacao - IASP>. Acesso em: 08 dez. 2023.

ONÓRIO, J. L. S. *et al.* O exercício da preceptoria na formação do terapeuta ocupacional. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 4, p. 79-96, dez. 2017. ISSN 2447-3944. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2131>. DOI: 10.18256.

ORJUELA, D. V.; OSSES, M. H. *Percepción de la simulación clínica como estrategia de enseñanza para el desarrollo de competencias transversales en terapia ocupacional.* **Cadernos brasileiros de Terapia Ocupacional**, 2021, v. 29, e2910,p.1-15. DOI: 10.1590.

PAGE, M. J., *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas [*The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews / Declaración PRISMA 2020: una guía actualizada para la publicación de revisiones sistemáticas*]. **Revista panamericana de salud publica / Pan American journal of public health**, 2022. DOI: [10.26633/RPSP.2022.112](https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112) . Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9798848/#abstract1>.

PAN, L. C. **Entrelaçando pontos – de fora para dentro, de dentro para fora: ação e formação da terapia ocupacional social na escola pública**. 2019. (Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11980>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PAN, L. C. **Políticas de ensino superior, graduação em terapia ocupacional e o ensino de terapia ocupacional social no Brasil**. 2014. (Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR\\_4322ac920a6a6173b298ae319f375e7d](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_4322ac920a6a6173b298ae319f375e7d). /<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6889>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PEREIRA, B. P. **Terapia Ocupacional e Educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a Escola**. 2018. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10359>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: seu uso numa Pesquisa Historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, novembro/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 nov. 2023.

PINEL, P. **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2007.

PINHEIRO R. V, F.; SANTOS L.O, M. C. Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15(3), p. 853-870, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844505005>. Acesso em: 25 jul. 2023.

REIS, S. C. C. A. G.; LOPES, R. E. O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos/*The beginning of the trajectory of occupational therapy academic institutionalization in Brazil: what professors tell pioneers about the creation of the first courses*. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 255–270, 2018. Disponível em: DOI: 10.4322/2526-8910.ctoAO1154. Acesso em: 03 nov. 2023.

RENETO. REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL. **Formação em TO no Brasil**. Disponível em: <http://reneto.org.br/formacao-em-to-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROMANOWSKI, J.P.; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RORIZ, D.; LINS, S. R.; FARIAS, M. N. Terapia ocupacional e educação: um estudo documental sobre a formação acadêmica. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 31, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/CGNFGtL9n8fvFMr7dr4MgCh/>. Acesso em: 10 dez. 2023

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande-RS, n. 1, p. 1-15, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SALVATORI, A. P.; GOMES, H. A.; CORDEIRO, A. F. M. Pesquisa documental em educação: contribuições para a formação continuada de professores. **Revista Intersaberes**, v.17(40), p. 175–188, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2281>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

SANCHEZ G. S. Os projetos de pesquisa: alguns fundamentos lógicos necessários. In: BRYAN, N.; MIRANDA, E. (ed.). **(Re)pensar la educación pública: aportes desde Argentina y Brasil**, p 121-150. Córdoba: Ed. Universidad Nacional de Córdoba, 2011.

SANTOS, L.E.; MACHADO, B.M.; PEREIRA, P.A. De volta para casa. In: PARANÁ. **Socioeducação do Paraná na pandemia** [livro eletrônico]: desafios e legados /

organização Marcio Bernardes de Carvalho. [et al.]. (Capítulo 11) 1ª ed., Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021. ISBN 978-65-00-23443-5.

SANTOS, L.E; PEREIRA, P.A. Gerar acolhe em tempos de pandemia o Centro de Socioeducação Londrina II na orientação para a aprendizagem de adolescentes. In: PARANÁ. **Socioeducação do Paraná na pandemia** [livro eletrônico]: desafios e legados / organização Marcio Bernardes de Carvalho. [et al.]. (Capítulo 24) 1ª ed., Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021. ISBN 978-65-00-23443-5.

SEVERINO, A. J. **Pós-Graduação e Pesquisa: o processo de Produção e de Sistematização do Conhecimento no Campo Educacional**. In: BIANCHETTI, L. MACHADO, A. M. N. A Bússola do escrever. (p. 82-101).

SHIMOGUIRI, A. F. D. T.; COSTA-ROSA, A. da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira\*. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 63, p. 845–856, out. 2017. DOI: 10.1590/1807-57622016.0202

SILVA, J. Q. G. O memorial no espaço da formação acadêmica: (re) construção do vivido e da identidade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 601-624, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2010v28n2p601/18450>. Acesso em: 30 abr, 2023

SILVA, A. C. C. **Participação social: reflexões teórico-conceituais e práticas entre e com terapeutas ocupacionais**. 2021. (Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14249>. Acesso em: 01 nov.2023

SILVA, C. R.; VON POELLNITZ, J. C. Atividades na formação do terapeuta ocupacional. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**.2015, v.26(1), p.74-82. DOI: [10.11606](https://doi.org/10.11606)

SILVA, M. J. **Terapia ocupacional social, juventudes e espaço público**. 2019. Tese Doutorado em Terapia Ocupacional – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12216>. Acesso em: 01 nov. 2023

SILVA, E. B. F. de L.; ALBERTO, M. de F. P.; COSTA, C. S. da S. SOCIOEDUCAÇÃO: concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. **Caderno CRH**, 2022, v. 35, e022047, p.1-14 . DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.36268

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**. Onde a crítica começa: ideologia, reprodução e resistência. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 29-36.

SIQUEIRA, R. H. M. **Análise das diretrizes curriculares nacionais e da política nacional de atenção básica com foco nas competências das profissões de saúde no Brasil**. 2019. (Dissertação de Mestrado no Programa de Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo. USP.2019. DOI: 10.11606/D.5.2019.tde-21032019-110935.

SOARES, T. B. A. **A terapia ocupacional como profissão: confrontos, condições sociais de exercício e perfil profissional**. 2022. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022. São Cristóvão. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15172>. Acesso em: 17 out. 2023

SOARES, L.B.T. **Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?** São Paulo: Hucitec; 1991.

SOUZA, R. P. de; FERREIRA, L. L.; PEREIRA, E. L.; CAVALCANTI, R. P. de S.; FERREIRA, M.G. *in*: SILVA, T.T. da. Documentos de identidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 4, p. 149–162, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v4i0.83.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estruturas Curriculares. Curso de Terapia Ocupacional/FCE.2018**. Disponível em: [https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt\\_BR&id=414914](https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=414914). Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Grade Curricular.2015**. Disponível em: <https://terapiaocupacional.ufes.br/grade-curricular-0>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Sistema de bibliotecas**. Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para Apresentação de documentos científicos, 2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso Terapia Ocupacional.2024**. Disponível em: <https://saude.ufpr.br/terapiaocupacional/ppc/matriz-curricular/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico. Terapia Ocupacional**. Disponível em: <https://ascom.ufpa.br/index.php/cursos-da-ufpa/566-terapia-ocupacional>. 2008. Atualização: <https://www.ffto.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/302-novo-projeto-pedagogico-do-curso-de-terapia-ocupacional-e-aprovado-pelo-consepe>. 2024. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Estrutura Curricular e Projeto Pedagógico(PPC)**. Disponível em: <http://www.ccs.ufpb.br/coordto/contents/menu/institucional/componentes-fluxograma-projeto-pedagogico>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Matriz Curricular**. Disponível em: [http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/graduacao/terapia\\_ocupacional\\_graduacao/exibe/66/matriz\\_curricular](http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/graduacao/terapia_ocupacional_graduacao/exibe/66/matriz_curricular). Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Adequação do Projeto Pedagógico 2008-2017**. Disponível em: [http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/PPC%20Curso%20TO\\_adequa%C3%A7%C3%A3o\\_janeiro2017\(1\).pdf](http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/PPC%20Curso%20TO_adequa%C3%A7%C3%A3o_janeiro2017(1).pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comitê de ética em Pesquisa, Pesquisas Que Não Necessitam de Registro no Sistema Cep/Conep - **Resolução Nº 510/2016** - Cns. Disponível em: <https://cep.propesq.ufrn.br/noticias/pesquisas-que-nao-necessitam-de-registro-no-sistema-cep-conep-resolucao-no-510-2016-cns/28749886> . Acesso em: 18 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Distribuição Curricular Curso de Graduação de Terapia Ocupacional**. Disponível em: <https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/12EBCABB-92A4-F79A-6495-C6A8BACEB90E.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura Curricular**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/terapia-ocupacional/informacoes-do-curriculo>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Terapia Ocupacional. Projeto Pedagógico. Matriz Curricular**. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/terapia-ocupacional>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Departamento de Terapia Ocupacional. Componentes Curriculares**. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/consulta-matriz>. Acesso em: 02 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Componentes Curriculares**. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=614>- Acesso em: 02 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Terapia Ocupacional. Projeto Pedagógico e Matriz Curricular**. Disponível em: <https://www.uftm.edu.br/terapia-ocupacional>. Acesso em: 02 maio 2024.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

ZANELLA, M. N.; LARA, A. M. B. **A ONU, suas normativas e o ordenamento jurídico para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei no Brasil**: as políticas de socioeducação. ETD, Campinas, v. 17, n. 1, p. 176-192, abr. 2015. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-25922015000100176&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922015000100176&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2023.